

ATO 41

2005



**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS**

PROJECTO DE PESQUISA APRESENTADO EM CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS
EXIGIDOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE LICENCIATURA EM ANTROPOLOGIA
PELA UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

**IMPACTO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE
TABACO NAS COMUNIDADES RURAIS DO NORTE DA
PROVÍNCIA DE TETE - O CASO DE FURANCUNGO
(1995-2004)**

AUTOR

Cesário Gonçalo Ferrão

SUPERVISOR

Dr. José Pimentel Teixeira

MAPUTO, MAIO DE 2005

V. 15870 LA, 5. 2005

LP

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, constitui de certa forma o testemunho de uma experiência académica vivida durante longos anos e em que os professores, com um alto grau de entrosamento académico das várias disciplinas de fundamental importância para análise e interpretação dos fenómenos sociais, foram chamados a incorporar no meu ego, o saber. A todos estes profissionais do saber que com dedicação e paciência foram ouvindo e corrigindo as minhas falhas e limitações, vão os meus sinceros agradecimentos. Aqui de um modo particular o meu **muito obrigado ao Doutor José Pimentel Teixeira**, meu supervisor.

Muito obrigado à minha família (*mulher e filhos, pais, irmãos, cunhados, sobrinhos e primos*), que nesta busca de conhecimento sempre me proporcionou um ambiente agradável e, nos maus momentos de estudo, me encorajou a prosseguir.

Devo reconhecer que para a elaboração deste estudo, tornou-se necessário obter grande soma de informações junto de entidades oficiais e privadas. De todas recebi sempre provas do melhor acolhimento e espírito de colaboração, pelo que aqui deixo igualmente registados os meus sinceros agradecimentos.

Para concluir, gratidão vai para à direcção do ambiente de Tete pelo "*quadro não cor-de-rosa*" que me proporcionou através de atitudes perturbadoras que, ao invés de me perturbarem, criavam em mim uma raiva para vencer esta batalha da busca do saber. Por estas atitudes e dentre as tantas palavras de consolação e encorajamento, dizia Betânea, uma das minhas irmãs, "*sorria sempre para não dar, aos que te odeiam, o prazer de te verem triste e para dar aos que te amam a certeza de que és feliz*". Fazendo uso a um dos provérbios dos falantes da língua nhungué, digo-vos apenas isto, "*muanemba m'madzy*" ou seja, "*escreveram na água*".

ÍNDICE

ASSUNTO	PAGINA
I. INTRODUÇÃO	1
II. OBJECTIVO GERAL	3
III. OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	3
IV. JUSTIFICATIVA	4
V. PROBLEMÁTICA	5
VI. HIPÓTESES DE TRABALHO	8
VII. METODOLOGIA	10
VIII. CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO E DA POPULAÇÃO	12
IX. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
X. DEFINIÇÃO TEÓRICA E CONCEPTUAL	19
XI. RESENHA HISTÓRICA	26
XII. CONFLITOS E/OU CRISES SOCIOCULTURAIS E ECONÓMICOS	29
XIII. OUTRAS CONSTATAÇÕES	37
XIV. CONCLUSÕES PRELIMINARES	44
XV. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	49
XVI. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	53

I-INTRODUÇÃO

O presente trabalho de fim de curso constitui o resultado dum levantamento preliminar e pretende fornecer elementos que permitam estabelecer as directrizes a seguir na execução ou desenvolvimento de futuros trabalhos sabido que, com a introdução do cultivo de tabaco no distrito de Macanga, ocorreram mudanças no seu seio, as quais acarretaram modificações internas e externas abrangendo tanto as estruturas económica e sociais, como os sistemas normativos e ainda o conteúdo cultural, ideológico e representações sociais. Contém, uma reflexão sobre as causas da adesão ao cultivo e comércio do tabaco pelas comunidades rurais desse distrito, bem como sobre os fenómenos ligados à divisão social de trabalho, composição e residencialidade do agregado familiar e conflitos existentes, persistentes e extintos e que se fundamentem com base no fomento, produção e comercialização dessa cultura de rendimento.

O trabalho de campo foi efectuado entre os dias 11 de Janeiro e 10 Fevereiro de 2004 a norte da província de Tete, na vila de Furancungo, sede do distrito de Macanga, sendo o período de análise compreendido entre 1995 e 2004. A escolha do período fundamenta-se na necessidade de abranger o ano da introdução do programa do fomento, produção e comercialização do tabaco e o ano em que decorreu a pesquisa preliminar.

Pode-se ler em Sterzi (1989) que o campesinato frequentemente oferece resistência a muitas das modificações introduzidas pelo Estado ou outra instituição ligada ao desenvolvimento rural, e que usa formas relativamente simples de tecnologia e, de acordo com os padrões de eficiência técnica, nem sempre maximiza o uso que faz dos recursos disponíveis, caracterizando-se ainda pelo evidente subemprego da mão-de-obra familiar e a baixa taxa de retorno do investimento. Podemos dizer que o pensamento de Sterzi é de certa forma etnocêntrico e, como diz Godelier, "*é cientificamente absurdo querer encobrir os factos de concorrência e os factos de troca mercantil no seio de uma sociedade de pastores* (para este trabalho entenda-se como sociedade de camponeses) – *para manter a todo o custo a ideia de que as relações sociais são aí igualitárias e comunitárias, o que exprime a ideologia dos seus autores e transforma uma hipótese válida em certos casos num postulado dogmático* (s/d, pp. 43) ". Como que a contradizer

a perspectiva de Sterzi, Wyits (1978), refere que o empobrecimento camponês e o atraso na sua produção resulta da alteração do padrão de utilização de trabalho na sua economia devido fundamentalmente à sua transformação compulsiva em produtor para o mercado por um lado e por outro, pela sua transformação em proletário.

Concordamos assim com Godelier quando refere que é *“ingénuo acreditar que a desigualdade social e a competição não existem ou quase não existem na maioria das sociedades pré-capitalistas não ocidentais; mas é absurdo afirmar que, para pensar em competição e desigualdade, é necessário reclamar-se de uma teoria formal da economia que, na verdade, não define a economia mas a forma de qualquer comportamento com um dado fim”*(s/d:43).

Sterzi (1953) citando Boeke, refere a necessidade de se encontrar outros factores ou componentes para justificar essa aparente atitude conservadora e de resistência para com a modernidade e crescimento económico por parte do campesinato. Aliás, como refere Sahlins *“é conhecimento comum antropológico o facto de que o esquema racional e objectivo de qualquer grupo humano nunca é o único possível. Mesmo em condições materiais muito semelhantes, as ordens e finalidades culturais podem ser muito diferentes. Porque as condições materiais, se indispensáveis, são potencialmente objectivos e necessárias de muitas maneiras diferentes, de acordo com a selecção cultural pelas quais elas se tornam forças efectivas”* (1979:187).

Partindo destes pressupostos, a questão é entender as razões da maior adesão da população jovem/adulta na produção e comercialização de tabaco comparativamente à adesão das categorias sociais mulheres e velhos. E indagar se essas razões não se fundamentam nas condições económicas (capacidade de fazer face ao recrutamento de mão-de-obra e reembolso das despesas com insumos agrícolas) e físicas (capacidade de deslocação e de trabalho árduo)?

II-OBJECTIVO GERAL

Pretendemos com esta investigação conhecer as razões da adesão ao programa de fomento, produção e comercialização de tabaco na sede do distrito de Macanga, e verificar se essas mesmas razões correspondem a factores de natureza económica, cultural ou de outra índole. Procuramos ainda verificar os constrangimentos e os prováveis conflitos existentes e/ou extintos com a implantação e implementação do programa de fomento dessa cultura de rendimento nessa região do país.

III-OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

Procuraremos neste ponto:

- Conhecer a influência do sistema de parentesco, em particular da família, no processo de produção, distribuição e consumo;
- Conhecer as práticas, representações e o significado da produção e comercialização de tabaco para os diferentes actores sociais (mulheres, jovens, adultos, velhos e ricos) bem como a influência e/ou o impacto que esta mesma produção e comercialização tem para a coesão do grupo. Note-se que a categoria rico que aqui se propõe, deverá ser vista não com base na definição formal da economia ou, como refere Godelier, *"a ciência que estuda o comportamento humano como uma relação entre fins e meios raros que têm usos alternativos"* (1988:147) mas, com base no que a comunidade considera de riqueza ou pessoa rica, (veja-se definição na pág. 23).

- Verificar os constrangimentos e/ou conflitos existentes entre os actores, bem como aqueles que por influência do cultivo e comercialização desta cultura de rendimento, terão sido extintos ou que subsistem;
- Verificar os mecanismos de funcionamento e articulação entre a empresa fomentadora, Estado e os actores sociais;

IV-JUSTIFICATIVA

Após a introdução pelo estado em 1987 do Programa de Reabilitação Económica (PRE), inspirado e condicionado pelas políticas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, iniciou-se a transição de uma economia de planificação centralizada para uma economia de mercado. Nesse processo, segundo Castelo-Branco (1994), a ideia, entre outras era o aumento a participação do sector privado e liberalização da economia, de modo a criar condições para o crescimento económico e favorecer a acumulação de capital criando um ambiente competitivo no mercado. Verificamos que a preocupação fundamental está relacionada com os modelos económicos ou, como diz Capra (1997), a tendência é de dar maior peso a factores de ordem económica tendo os ligados à ordem cultural, social, psicológico, e outros um peso secundário ou nenhum.

Concordamos com Santos, citando Singer e Szmrecsányi quando refere que, "*o desenvolvimento económico de um país, ou de uma região, é muito mais do que o simples crescimento de seu produto – total ou per capita – ou da renda da sua população. O desenvolvimento económico, acima de tudo, constitui um processo qualitativo de mudança estrutural*" (1980:275).

Para Santos "*o desenvolvimento económico pode ser visto como um processo histórico de transformação estrutural das economias. Essa transformação não é apenas económica, mas também social, cultural e política, na medida em que acaba abrangendo todas as instituições da sociedade. Trata-se fundamentalmente de um processo de*

ruptura e reconstrução, internas e externas, da divisão do trabalho – ou seja, das relações entre os vários sectores de uma economia, entre as várias regiões de um país, entre este e os demais países e, principalmente, entre as diversas classes e grupos sociais” (idem).

Interessa-nos estudar não só as questões passíveis de serem quantificados como o aumento da produção ou o crescimento económico, mas também e fundamentalmente de questões de análise qualitativa. Tencionamos entender as causas da adesão à produção e comercialização de tabaco entre as comunidades rurais de Furancungo e ainda verificar, com base na abordagem interaccionista, a dimensão coesão interna que se refere “à natureza do laço social que une internamente os membros da família” e a dimensão integração externa que “ mede a abertura ou fechamento do grupo” (Aboim e Wall, 2002:479), bem sobre as dimensões cooperação e conflito do conceito actor social (Quivy, 1998:125). Pretendemos ainda verificar a persistência ou não dos significados, símbolos e valores, normas e padrões, instituições e toda organização social vigentes até então.

Procuraremos entender as causas da aceitação/rejeição ao programa do fomento, produção e comercialização do tabaco pelas comunidades rurais de Furancungo e ainda verificar a validade da ideia de Sterzi (1989) citando Boeke, em como o campesinato frequentemente oferece resistência a muitas das modificações introduzidas pelo Estado e outros organismos de desenvolvimento e que o atraso económico e o tradicionalismo das áreas rurais, impedem o desenvolvimento económico nacional e originam atitudes conservadoras para com a modernidade e o crescimento económico.

V-PROBLEMÁTICA

É conhecimento comum que as relações sociais nas comunidades rurais, quer de Moçambique quer de África, têm na estrutura por idade e sexo variáveis muito importantes que condicionam a organização do ponto de vista económico, social e

cultural. As comunidades, pelo processo de socialização, impõem aos indivíduos a interiorização dos complexos papéis sociais determinando conseqüentemente a divisão social de trabalho e com ela a relação de dependência fundamentada nas duas variáveis. Assim, é comum os mais novos dependerem dos mais velhos e as mulheres dependerem dos homens. E Meillassoux refere-se da existência de *“uma relação de dependência entre duas categorias de indivíduos que se caracteriza pelo facto de que uma recebe prestações da outra e portanto controla a totalidade da produção do grupo”* (1982:265) Observe-se no entanto que não faltam excepções, ou por mérito usando estratégias ascensionais ou por atitudes desviantes. São exemplo disso, as populações matrilineares do norte de Moçambique descritas por Medeiros (1985) referindo que, devido a monetarização do campesinato como consequência da introdução compulsiva da cultura de algodão, a estrutura familiar alargada subordinada a um decano ruiu e, no núcleo conjugal, se reforçou a posição socio-económica do marido e desvalorização da esposa.

Considerando que a produção e comercialização do tabaco é uma actividade que pouco tem a ver com as actividades tradicionais que a precederam e ainda que se trate de uma produção que exige operações complexas como a utilização de produtos químicos e a capacidade de trabalho árduo e que exige maior desgaste físico, importa perguntar se **que a adesão na produção e comercialização do tabaco não é protagonizada fundamentalmente pelos mais jovens, pela complexidade e maior desgaste físico e/ou energia que esta cultura de rendimento exige nas suas diferentes fases? Não constituirá esta actividade uma oportunidade desses jovens de se libertarem da grande dependência dos mais velhos face aos direitos e obrigações e fazer face aos desafios do futuro (casamento e sobrevivência, habitação e prestígio) considerando a crescente circulação e posse da massa monetária por estes camponeses?**

Há membros da família e da comunidade em geral que não se conformam com partes da realidade e procuram em outros grupos ou contextos sociais aquilo que os satisfaz. **É preciso entender que é possível que o indivíduo, mesmo estando integrado num determinado grupo, ele em presença de algo novo faz opções seleccionando aquilo que reforça seu interesse e que lhe traz proveitos mesmo que comprometa o**

grupo. Aliás, Santos refere que *"não apenas os significados símbolos e valores, mas as normas e os padrões, as instituições e toda organização social constituem criação humana que se desliga da fonte criadora e se transforma em algo externo e objectivo* (1980:15). " É a questão de os indivíduos e não as próprias famílias e a sociedade desenvolverem conformismos ou rupturas, recompondo-se e reestruturando-se e procurando combinar e recriar no contexto da modernidade tanto ao nível material como ao nível simbólico, as formas pelas quais se constitui como corpo social (Andrade, 1998).

Podemos aqui incorporar a concepção de Sprinthal segundo a qual *" não se pode entender que não haja indivíduos desviantes"* (1993:485), no sentido de práticas não conformes às normas atinentes ao padrão social.

É a socialização e a iniciação que incorporam os indivíduos à sua respectiva comunidade e liga-os às leis, costumes, tradições, em suma, a todo um conjunto de normas estabelecidas pela família e pela sociedade. Neste âmbito concordamos com Segalen quando refere que, *"a socialização é o resultado das interações da criança com a sua família e, de forma mais lata com o seu meio ambiente e que se baseia em três mecanismos: a identificação com os pais e com diversos modelos sociais; a interiorização e o assumir de um certo número de normas e saberes; a experimentação e a elaboração progressiva de modelos de conduta e de práticas. Socializar a criança é conseguir integrá-la nos diferentes círculos aos quais pertence família, grupo social, meio geográfico, etc. – e simultaneamente ensinar-lhe a autonomia, para que se torne um adulto responsável pelas suas opções. É formar e contribuir para formar a sua personalidade, prepará-la para ocupar certas posições e também construir as suas lealdades culturais (religiosas, nacionais, políticas, familiares, etc.)"* (1996:194).

É preciso tomar-se em conta que a socialização, de acordo com Segalen (1996), integra o indivíduo nos diferentes círculos aos quais pertence e simultaneamente ensina-lhe a autonomia para que se torne um adulto responsável pelas suas opções. É preciso aceitar ainda que os indivíduos também se movem levados pelos seus interesses e assim, se afigura importante eliminar-se as concepções que tem no rural o depósito da

identidade cultural, da tradição e ainda não tendo sofrido influências externas. É preciso, enfim, pensar-se não na visão estática da família e comunidade rural como tendo uma cultura e vida social estáticas. E é aqui onde se encontra o fundamento da questão de partida e do tema do presente projecto de investigação.

VI-HIPÓTESES DE TRABALHO

1- A principal hipótese é de que a produção e comercialização do tabaco na região e a posse de consideráveis rendimentos monetários, representa para os jovens uma estratégia de se libertarem da grande dependência em relação aos mais velhos bem como constitui para eles uma oportunidade de elevar o seu prestígio e autonomia.

Por vezes os indivíduos fazem opções, tomam atitudes cujas características podem ser contraditórias ao pôr em jogo a importância e a interpretação das inter-relações sociais – incluindo os aspectos económicos, sociais e culturais. Ou então conformam-se com os papéis, subentendidos em direitos e obrigações, impostos pela sociedade e experiências fruto de contactos endo e exoculturais.

Com a produção e a subsequente comercialização do tabaco, jovens e adultos produtores beneficiam de elevados rendimentos monetários permitindo-lhes transformarem-se em contestatários dos valores instituídos e introduzir nas suas comunidades valores vinculados à modernidade. O dinheiro é um meio de evasão pessoal e um meio de distanciação relativamente aos mais velhos.

Com a crescente posse e circulação da massa monetária entre os jovens, estes, contrariamente aos mais velhos, desviam-se do princípio de Mauss (1950). Para este autor a reciprocidade obrigatória é o princípio das relações sociais ou da vida social em que cada indivíduo ou grupo tem a obrigação de dar, receber e retribuir. Cria-se assim uma instabilidade no sistema o que, leva necessariamente a alterações na organização da sociedade ou comunidade.

Referia-se Gouveia, um velho, que *“na actualidade, os jovens fazem o que querem, não consultam e não pedem conselhos a ninguém. Todos os nossos ensinamentos não valem ao ponto de se esquecerem que nasceram e viveram toda a sua infância nas nossas mãos e hoje temos que pedir favores para termos alguma coisa para comeremos. Esquecem até que as mulheres de que precisam, alguém as cuidou que é para eles ver-lhes como mulheres. A gente só ouve que fulano juntou-se com a fulana sem cumprir com as formalidades próprias da zona. Dizem que agora é assim, nada podemos fazer”*.

Nota-se com o desabafo desse velho de que os mais novos não estão cumprindo com as normas sociais vigentes nas questões matrimoniais e residenciais. Há um distanciamento em relação aos mais velhos tirando-lhes a possibilidade de se imporem perante os mais novos já que, se outrora só os mais velhos podiam dirigir e formalizar a cerimónia matrimonial, na actualidade esta função é quase apenas desempenhada pelos próprios jovens cabendo aos mais velhos a conformação com o acto e dependendo dos familiares da mulher, segundo referiu o régulo, proceder-se posteriormente com a verdadeira formalização e cobrando-se a respectiva multa pela transgressão e se o facto for reportado às estruturas tradicionais pois, com o medo de perder, pela fuga do homem, algumas famílias não se pronunciam.

E em relação a residência, apesar de a área de estudo ser matrilinear e de matrilocidade, a tendência dos jovens é a preferência pela patrilocalidade e/ou a neolocalidade. É o que Lipset (1992) designa de atitudes antinómicas que se reflectem no desejo de reduzir ou abolir as restrições à obtenção de alguma forma de satisfação.

2- A segunda hipótese é a de que a produção e comercialização de tabaco e a consequente posse de mais dinheiro por parte de jovens, provoca a fragmentação da família alargada e retira a hegemonia não só dos mais velhos como também, de indivíduos influentes como os chefes linhageiros e anciãos, comerciantes e detentores de poderes mágicos, processo que desembocam em constrangimentos ou tensões e conflitos.

Dado os rendimentos de que desfrutam, a tendência entre os produtores de tabaco é a de competição procurando sobressair ou a distinguir-se, pelo que produzir e vender mais tabaco passa a plano e projecto constantes de cada um. É a tendência para a liberdade individual e o desejo de se libertar da grande dependência aos mais velhos e todos aqueles que se consideram abastados ou "ricos" levando esses, face a estas mudanças, à atitudes de revolta ou de alguma permissividade

Lipset, citando Weber, refere que *"a ordem económica é essencialmente universalista e orientada para o sucesso (...). Quem assegura mais dinheiro é mais importante do que quem tem menos"* (1992:85).

Todos os produtores de tabaco têm como meta a satisfação individual e familiar (família nuclear ou conjugal). Procuram evitar uma dependência excessiva em relação aos mais velhos e todos aqueles que outrora constituíam o ponto de referência em caso de problemas ou algo de outra índole. Pode-se dizer ainda que se instalou na comunidade uma competição ou uma concorrência entre os antigos ricos e os actuais. Há tendência de se maldizer e/ou desconfiar da honestidade e sucessos produtivo e comercial dos actuais 'empreendedores'.

VII-METODOLOGIA

Para a execução do trabalho, tornou-se necessário obter informações e elementos junto de entidades oficiais e privadas. Recorreu-se portanto, a levantamento bibliográfico, a observação directa e a entrevistas semi-estruturadas.

Para as entrevistas e de acordo com os objectivos pretendidos, foram contactados 31 camponeses (13 mulheres e 18 homens), o representante da área de tabaco na Direcção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Tete, o delegado da empresa Moçambique Leaf Tobacco, líder religioso, anciãos, funcionários do Estado, comerciantes e o régulo. Foram entrevistas rápidas e escritas, durando cada uma entre 30

e 45 minutos e tendo se optado por levar não questões mas sim tópicos e deixar-se os indivíduos falarem e a conversa seguir o seu curso.

Nas suas linhas gerais as entrevistas foram delineadas do seguinte modo:

1-A unidade de amostragem é a sede do distrito de Macanga, Furancungo.

2-Procurou-se no princípio que os camponeses fossem seleccionados casualmente e com igual probabilidade, contudo, as razões de ordem prática levaram a que se operasse a uma selecção não aleatória ou ao acaso. Assim, por exemplo, pelo número reduzido de jovens solteiros vivendo sob sua própria responsabilidade, foi possível localizar e entrevistar apenas três, um número reduzido comparado as outras categorias de entrevistados.

Em referência aos camponeses entrevistados notar-se-á que as categorias jovens e velhos é reduzido (3 e 4 respectivamente), o que fez com que o número de entrevistados por categoria não fosse proporcional ou equitativo. Referir que optamos por não fazer constar ao longo do trabalho, os verdadeiros nomes dos camponeses e comerciantes de forma a evitar ferir algumas sensibilidades.

Foram entrevistados 8 casais, entrevistas individualizadas. Foram entrevistados ainda 8 camponeses sendo 3 mulheres e 5 homens.

Achou-se importante entrevistar estas categorias e individualidades para, partindo dos vários olhares observar as relações de género e de poder no seio familiar, bem como, caracterizar o funcionamento da família quanto as suas práticas e as suas representações nos vários sectores da vida familiar e comunitária como o trabalho, o dinheiro, e os convívios, as conversa e as prestações familiares e comunitários.

VIII- CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO E DA POPULAÇÃO

A área de estudo encontra-se localizada a norte da província de Tete distando da cidade de mesmo nome, cerca de 200 km e cerca de 6 horas de carro. Furancungo, simultaneamente sede do distrito de Macanga de posto administrativo e de localidade e coincidentemente área de estudo, possui, de acordo com o Recenseamento Geral da População e Habitação 1997, cerca de 11298 habitantes dos quais 51,51% são mulheres. A principal actividade dos seus habitantes é a agricultura. A religião mais praticada é a católica, sendo nyanja a língua mais falada entre a população. O regime alimentar está intimamente relacionado com as culturas feitas, ou seja, o milho em primeiro lugar e em segundo temos as hortícolas, o feijão, a batata e o amendoim. Note-se que as últimas informações foram extraídas do relatório do GPZ (1961), em virtude da informação do censo 97 aparecer numa forma global.

Quanto ao tipo de habitat (habitações juntas ou afastadas), de acordo com a observação no terreno, é geralmente concentrado, aparecendo no entanto o habitat disperso isolado nalguns casos. A habitação é normalmente de secção rectangular com janelas, paredes em tijolo não queimado, pavimento térreo e cobertura de capim.

A estrutura político-administrativa é constituída para além do Administrador distrital e seu elenco governativo, pelo secretário da localidade e pelo *nyakuawa* (régulo). Não dispomos de informação relevante sobre a estrutura e o funcionamento do poder tradicional, sabendo apenas que tudo quanto é trabalho, problema, festividade quer oficial ou tradicional, em suma, tudo o que se relacione com a actividade pública daquela região, a autoridade tradicional é convidada a participar.

O padrão histórico reclamado pela população dessa região é seguir as normas da descendência e sucessão matrilinear. Tal como os Bemba (Radecliffe-Bbrowne e Forde, 1950) no casamento, o homem para além do vestuário efectuava um pagamento simbólico que variava entre cinco mil e dez mil meticais e trabalhava para os sogros por um período não inferior a dois anos.

A autoridade sobre os filhos encontrava-se dividida entre o pai e o irmão da mãe enquanto menores e, para o irmão da mãe passada essa fase. Para a comunidade local, o padrão anterior de residencialidade era uma família extensa composta de um homem, sua mulher, suas filhas casadas e seus respectivos maridos e filhos e/ ou ainda um homem, suas mulheres, suas filhas casadas e seus respectivos maridos e filhos.

É preciso observar no entanto que isso é o que é norma e o que é dito. Na prática ou na observação directa não é visível pois as famílias, são em termos de composição, não extensas já que cada homem vive com sua/s mulher/es e seus filhos. Aliás, diziam alguns entrevistados de que há muita coisa que mudou e que, a maneira de como as pessoas vivem actualmente é completamente distinta, quando comparada com a vivência antiga. Dizia o régulo que, *“antigamente era obrigatório a permanência do genro na casa dos sogros até pelo menos dois anos. Depois de demonstrar as suas capacidades no desempenho das suas obrigações, este podia ser liberado e viver com sua mulher e filhos onde quisesse. Hoje essa obrigatoriedade quase que não se faz sentir. Como tudo requer dinheiro, as pessoas tem que procurar longe dos seus locais de origem ou residência e como tal, tem que levar consigo as suas esposas”*.

Digamos que a tendência para a nuclearização do grupo doméstico nessa região é um facto e como dizia o régulo *“a solidariedade familiar e comunitária estão desaparecendo. Parece que o dinheiro está a fazer mal as pessoas ao ponto de se esquecerem que existem pessoas que não podem trabalhar e que precisam da sua mão para sobreviverem. Por vezes, temos que ir ter com os familiares e pedir-lhes que ajudem aquele parente que reclama não ter apoio e sabido não estar em condições de provir por si algo para subsistir”*

IX- REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A tentativa de se encontrar explicações causais da adesão ao programa do fomento, produção e comercialização do tabaco a norte da província de Tete e vários factores têm sido apontados como estando na origem de tanta adesão e sucesso.

Tem-se na empresa fomentadora, sua política e os respectivos ganhos a razão da adesão e sucesso. É uma concepção virada fundamentalmente à ordem económica e que esquece os actores sociais, actores que tem na cultura, na família e outras dimensões que não sejam apenas o económico, o guia de quase toda a acção.

Poder-se-á ou não referir-se que as razões encontradas estão associadas ao cumprimento das condições impostas pelo Banco Mundial, pelas quais segundo refere Negrão (1997:122): “ *o desenvolvimento de África tem de passar pelo aumento da produção agrícola na ordem dos 4% ao ano: para que se alcance esta taxa de crescimento anual da agricultura têm de ser satisfeitas algumas condições. São elas:*

- *O fornecimento de inputs, a comercialização, o processamento e a exportação devem residir no sector privado, e os controlos de carácter administrativo devem ser significativamente reduzidos;*
- *Instituições financeiras privadas, incluindo cooperativas e uniões de crédito, devem providenciar formas de crédito atractivas mas aplicando taxas de juro reais;*
- *Os preços têm de se mover livremente sempre que haja alteração das condições do mercado”;*

Outras das razões destacadas que, até se podem considerar consequência das primeiras tem em conta os rendimentos adquiridos pelos actores. Refere-se portanto, que a adesão se deve aos lucros conseguidos e que permitem a melhoria de vida de muitos dos beneficiários.

São abordagens que se podem considerar nas palavras de Negrão de “mitos” e que têm a ver com a universalização de pressupostos construídos em determinados locais que depois são aplicados noutros com condições diferentes. Refere portanto, que *“o mito da subsistência considera que em África o povo tem uma economia de subsistência, o negro não tem racionalidade económica, não tem sentido de mercado e que era preciso monetarizar a economia e dar o sentido de dinheiro aos camponeses”* (1997:124).

Para a Empresa Moçambique Leaf Tobacco o programa de fomento e produção de tabaco representa um sucesso dado a adesão das comunidades envolvidas que, de cerca de 500 camponeses com que iniciou em 1995 tem inscrito na campanha 2003/2004 cerca de 50000 camponeses. Esta adesão deve-se, segundo Mapilele, administrativo da empresa sediado em Furancungo, fundamentalmente aos incentivos fornecidos pela empresa e os rendimentos de que desfrutam findas as campanhas. É política da empresa não obrigar os camponeses a cultivar o tabaco. Dizia Mapilele *“Nós trabalhamos com os primeiros 500 camponeses, a esses, como fase piloto, sensibilizamos e mostramos das grandes vantagens desta cultura cultura de rendimento, garantindo-os todo o apoio quer material, quer técnico quer financeiro e tudo fornecido em forma de crédito. Aceite a modalidade pôs-se mãos a obra e os resultados são os que se podem verificar: melhoria das condições de vida pois, há camponeses que conseguiram adquirir meios de transporte como bicicletas, motorizadas, carros, construção de casas melhoradas para além de outros benefícios”*. A realidade no período pré-colonial era totalmente distinta dada a necessidade de um crescente fornecimento de algodão barato, as colónias deveriam fornecer, a preços mais baratos, os abastecimentos de matéria-prima a indústria têxtil em Portugal. Foi assim que se institucionalizou a venda forçada de força de trabalho e o cultivo forçado de culturas de rendimento, tornando-se o próprio Estado instituir um sistema de acumulação de capital assente na extracção de mais valia absoluta (Wuyts, 1980). Para Mapilele, *“os benefícios de que os camponeses se desfruta, fazem com que de campanha a campanha haja novas adesões e/ou a manifestação de adesão. É a própria população que de acordo com seus objectivos e metas traçam as suas estratégias de vida optando por se integrar ou continuando fora do programa de cultivo*

do tabaco". A nossa percepção vai de encontro com a de Mapilele. A adesão se deve basicamente aos ganhos.

Podemos notar que o sucesso do programa de fomento e produção do tabaco se comparado com o período colonial, deve-se a diferença de políticas concebidas. Foi política colonial a introdução de culturas obrigatórias como a de algodão que contribuiu para a desestruturação da ordem económica, social e política das comunidades abrangidas, como veremos mais adiante. A empresa Moçambique Leaf Tobacco conseguiu ou consegue por via de incentivos e em consequência dos rendimentos de que desfrutam os camponeses, atrair e integrar mais produtores desta cultura de rendimento.

Em vários autores a questão cultural é vista como factor limitativo para o desenvolvimento económico e social de uma comunidade ou duma actividade empresarial. Os trabalhos de Mira e Feliciano (1996) têm a cultura como factor limitativo para o desempenho eficaz da actividade empresarial. Pode-se dizer que a posição dos dois justifica-se pelo facto de pertencerem a uma cultura diferente da do objecto de estudo e que não se distanciaram da racionalidade económica capitalista e mercantilista. Lembremos no entanto a definição clássica de cultura, formulada por Sir Edward Tylor em 1871 diz: "*cultura (...) é aquele todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, direito, costume e outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade*" (Sterzi, 1989:3) Partindo dessa definição canónica de Taylor, pode-se conceber, na actualidade, que a cultura é socialmente aprendida e partilhada pelos membros de uma determinada sociedade ou seja, é contextual. Assim, concordamos com Mauss (1950), quando afirma que, a racionalidade económica de um sistema capitalista ou mercantilista, não é mais racional que um sistema económico não capitalista ou não mercantilista e que são apenas dois sistemas diferentes que comportam racionalidades económicas diferentes.

Pergunta Negrão, "*como reagem os pobres à intervenção planeada pelos Governos e agências internacionais, e o que podem eles fazer para melhorar as suas condições de vida?*". Refere ainda que, "*não há nenhuma solução para estes problemas,*

provavelmente porque não existe um quadro teórico para entender toda a complexidade e dinâmica do comportamento económico das famílias rurais africanas'' (2001:300)

Quando o mesmo autor afirma que "*a família rural africana é a mais pequena unidade de produção, consumo e distribuição nas sociedades rurais africanas''*", quererá em parte, chamar-nos atenção da necessidade de olhar os contextos africanos entre os quais os moçambicanos, como tendo as funções de produção e consumo interdependentes ou seja, não podemos separar a casa da empresa como acontece nos contextos industrializados onde a preocupação é o lucro e, o individualismo, o princípio reinante. É o que podemos chamar de sistema de valores diferenciados.

Partindo desses pressupostos para este trabalho adoptaremos, tal como faz Negrão, o modelo do comportamento económico da família rural onde as funções de produção, bem-estar social e distribuição, são tidas em conjunto.

Notemos que, se por um lado há quem veja na cultura um elemento que dificulta o desenvolvimento económico dado o seu conservadorismo, por outro, autores há que tem na cultura não como um elemento que trave o desenvolvimento em África mas, como elemento que se deve ter em conta quando se quer intervir numa certa comunidade.

É preciso, como refere Matsinhe (1999), para uma análise em que se tem em conta os factores socioculturais, procurar compreender a história, a cultura, a tradição, as religiões e outros aspectos que caracterizam grupos sociais delineando os eventuais rumos que podem levar à transformação política ou económica de comunidades e sociedades.

Para Negrão (2001), quando se quer estudar as comunidades rurais assume-se muitas vezes uma abordagem holística, pondo-se de lado o indivíduo ou tomando-o como passivo. Aqui, teremos em consideração não só a análise holística mas também enfatizaremos o papel activo do indivíduo tendo ele necessidades próprias e capacidade para pensar, sentir e agir com autonomia

A inexistência de trabalhos cujo temas se relacionem com o aqui proposto, faz com que recorramos ao que se debruça sobre a introdução compulsiva da cultura do algodão e o seu impacto junto ao campesinato. Trata-se dum tema largamente desenvolvido e com pontos que importa realçar. Para autores como Isaacman e Roberts (1995), Saul e Woods (1979) e Medeiros (1985), o cultivo obrigatório do algodão no tempo colonial e os trabalhos com ele relacionado provocou entre outros, a redução demográfica das unidades de produção e de consumo, perturbou os circuitos matrimoniais costumeiros, perturbou as estruturas do poder linhageiro e as formas de ajuda-mútua e de cooperação, ocupou a maior parte do tempo e das energias produtivas dos camponeses provocando fome e epidemias, alimentou a diferenciação entre os camponeses e agravou as desigualdades até então existentes. As populações tinham que satisfazer as suas necessidades de subsistência e as exigências coloniais com base na sua participação na economia de mercado e através da venda da força de trabalho ou da sua produção agrícola. Diga-se portanto que, o algodão aumentou a vulnerabilidade de muitos produtores, enquanto simultaneamente providenciava oportunidades empresariais para outros. Homens e mulheres, jovens e velhos, chefes e seus subalternos, bem como produtores empresariais e rendeiros foram afectados por regimes de algodão de maneiras diferentes. Os chefes estavam entre os primeiros e principais beneficiários do regime colonial de algodão.

Isaacman e Roberts (1995: 33) afirmam que em regiões onde o algodão não era cultivado em épocas pré-coloniais, os grandes homens e os chefes muitas vezes convenceram os seus subalternos de que a cultura traria prosperidade. Eles mesmos, tornaram-se muitas vezes em agricultores modelos. Em todo o continente estes homens supervisionavam a produção, aplicavam regulamentos sobre o cultivo do algodão e puniam e intimidavam os produtores recalcitrantes. Estes eram recompensados pela sua colaboração. Os oficiais da administração ajudava-lhes a escolher as melhores terras e abastecendo-lhes em sementes de qualidade e permitindo-lhes recrutar a força de trabalho tributária e penal entre os súbditos; proveram às autoridades indígenas com créditos e uma variedade de bónus e comissões. Porém, os chefes não eram os únicos africanos a

beneficiar do algodão; um número de outros produtores de algodão prosperaram pelo trabalho duro, acesso a terras férteis e boa fortuna.

Com relação à cultura de cajueiro e à comercialização da castanha, Medeiros (1985), refere que muitas coisas foram mudando na sociedade camponesa. Muitos homens viram o seu poder económico fortalecido e cada vez mais independente, a família conjugal passou a ser uma célula de produção e de consumo mais individualizada e a residência fica mais próxima dos familiares do marido, isto em algumas regiões de Nampula, Cabo-Delgado e Zambézia marcadamente matrilineares e matrilocais.

X-DEFINIÇÃO TEÓRICA E CONCEPTUAL

O camponês é o agente social sobre o qual recai fundamentalmente a análise sobre a vida social e económica. É um conceito que permitiu muita produção teórica. Assim, Saul e Woods referem que “*os termos camponeses e campesinato e o seu uso popular e político nas Ciências Sociais tem sido para a descrição e análise de tipos de sociedade rural com referência a uma série de estabelecimentos geográficos e períodos históricos (1971:103)*”; contudo, não existe, segundo os autores, uma definição consistente dos termos. Citando Wolf (1966: 2) os autores consideram que existem esforços na categorização sistemática do termo, na qual os camponeses têm sido diferenciados de “*agricultores primitivos*”, por um lado, e de “*agricultores empreendedores*”, por outro.

O agricultor capitalista pode depender da sua terra e também do trabalho familiar em certos casos; ele tem recursos potenciais alternativos de segurança e investimento; assim o campesinato pode partilhar com o fenómeno capitalista pela sua integração numa estrutura social complexa caracterizada pela estratificação e diferenciação económica (ibidem: 105).

As razões sobre quais a validade da definição do campesinato é posta em causa pode ser agrupado em três categorias: a extensiva diversidade entre camponeses em

regiões e comunidades, apresenta-se como sendo contrária à generalização; os camponeses devem ser encarados na sua mobilidade e transformação, então como um processo; e também os camponeses contemporâneos já não são uma entidade isolada, fazem parte de uma sociedade mais larga (Shanin, 1987: 2).

Segundo o mesmo autor, a conceptualização do campesinato procura distinguir camponeses como pequenos produtores agrícolas, que com a ajuda de equipamento simples e trabalho familiar, produzem principalmente para o auto consumo directo ou indirecto e também para a satisfação das obrigações para com os detentores do poder político-económico. Neste contexto a agricultura é encarada como o principal meio de vida, na qual há uma combinação de tarefas já tradicionalmente definidas (ibidem.: 3).

Sobre mesmo ponto, Negrão considera que aos habitantes rurais africanos, dá-se várias designações conceptuais como “*camponeses*”, “*camponeses pobres*”, “*cultivadores*”, “*agricultores*”, “*pequenos proprietários*”, “*membros da tribo*” e “*proletário rural*”. Porque os habitantes rurais são chamados de maneiras diferentes tendo em conta as dificuldades ou facilidades de acesso e uso de terra e o grau de integração nos mercados modernos (2001:267).

O debate sobre os conceitos acima citados é uma mistura de categorias analíticas de classe e categorias de definições económicas, destacando-se duas linhas de orientação principais: terra e mercado. Entende-se que um “*camponês*” é aquele que tem a posse de ou aluga a terra e tem relações com o mercado; um “*membro de tribo*” tem acesso à terra através da linhagem e individualmente não tem relações com o mercado, embora a linhagem lhe retire parte dos excedentes; um “*proletário rural*” não tem posse de terra, não tem qualquer possibilidade de arrendar a terra e a sua produção e sobrevivência são assegurados pelo mercado de trabalho (ibidem.: 272).

Para o presente projecto de investigação, considerar-se-á camponês na óptica de Negrão ou seja, é aquele que tem posse de terra e tem relações com o mercado. Destaque-

se no entanto, a posse de terra e produção e comercialização de tabaco ou outras culturas como o milho, como os factores que determinarão a existência ou presença do camponês.

Em relação ao termo família, referir que tal como muitos conceitos, este é muito dependente dos contextos sociais pois, segundo Loforte e Arthur (1995), os contextos sócio-históricos determinam a morfologia e as actividades dos grupos familiares e a aceleração das dinâmicas sociais actuais servem de catalizadores às mutações sociais

Para Negrão *"a família rural é definida como a mais pequena unidade de produção, consumo e distribuição das sociedades rurais africanas, onde as funções de produção e consumo são interdependentes nos processos de tomada de decisão e adjudicação de recursos desta particular unidade. Daí que não se pode considerar que a casa é uma unidade de consumo e a empresa, a unidade de produção"* (2001: 270).

Avançando ainda com as análises de Negrão, referir que a família rural é uma unidade de produção que considera que o acesso à terra é indispensável para a obtenção de um resultado agrícola em espécie e, eventualmente, em dinheiro, não constituindo, no entanto, uma unidade autónoma de produção. Como unidade de consumo esta família tem uma função de bem-estar social representada pelos benefícios dos seus membros e pela garantia da reprodução social; função essa avaliada com base na adjudicação de tempo pelos membros da família em actividades produtivas agrícolas e não agrícolas. A família distribui os factores de produção de acordo com a fonte e a forma de rendimento entre os tipos de actividade económica; esta distribuição depende do rendimento imediato e das inter-relações socio-económicas que envolve um sistema dinâmico de alianças expressos no casamento (2001: 274).

Para o estudo proposto e pelas questões nele integrados optamos pelo conceito de família como *"grupo caracterizado pela residência em comum e pelo convívio de pais e filhos, isolados dos demais parentes e que desempenha funções, das quais as mais importantes e permanentes são a reprodução da espécie, a criação e a socialização dos filhos e a transmissão essencial do património cultural"* (Silva, 1986s:457).

E socialização como “*processo de aprendizagem dos costumes e regras da sociedade e obtida por intermédio de pressões para o conformismo*” (Sprinthall, 1993:485).

Queremos aqui estudar a família como grupo restrito, é o reparo que devemos fazer em relação ao conceito adoptado concretamente no concernente a “isolados dos demais parentes”, pois dá a impressão de não existir relações de parentesco, de afectividade ou afinidade entre àquela população. Dizíamos, estudar como grupo restrito mas que estabelece uma gama de relações com outros grupos conformando-se ou não com os direitos e obrigações impostos pela sociedade em que está inserido. Alias, para Andrade devido a complexidade da realidade social, da composição e da estrutura dos agregados familiares, vê no conceito de família comportar três dimensões: a) “*uma dimensão relacional, que é fornecida pela relação de parentesco, de afectividade ou afinidade*”; b) “*uma dimensão espacial, expressa na coabitação-’hosehold’ (entendido como agregado familiar)*”; e c) “*uma dimensão económica, que tem como fundamento o orçamento comum*” (1998:18).

Sobre os conceitos de “*camponeses ricos*”, “*jovens*” e “*velhos*” e seguindo a linha de First e os estratos dentro da sociedade rural em Inhambane, pode-se definir os camponeses com base nas suas características sendo ricos “*os que se caracterizam essencialmente pela utilização de mão-de-obra assalariada, embora numa base extremamente limitada e por vezes somente em tempo parcial*” (1998:119).

Para Feliciano, indagando sobre se se podia falar no contexto dos thonga do sul de Moçambique de riqueza e de pessoas ricas. Segundo ele, “*alguns dos indicadores de riqueza são o número de mulheres, de dependentes, de bois, de um comércio, oficina, a posse de uma casa em cimento, o número de agricultados, o número de árvores de fruto, a posse de vestuário ou ornamentos especiais, de alguma especialização mágica pela qual se possa auferir provento ou de algum estatuto político-social que permita ser pólo de um movimento de prestação/redistribuição*” (1998:276).

Para a população de Furancungo, ser rico é, como refere Feliciano (1998), ter um número considerável de gado bovino, ter comércio ou qualquer outro bem de prestígio e/ou estatuto político-social que permita ser pólo de um movimento de prestação/redistribuição.

Os camponeses pobres dos quais constam jovens, viúvas, mulheres que vivem sós, entre outros, “ *só eram ocasionalmente proprietários de instrumentos de produção, sendo a sua base agrícola incerta e instável. Como consequência produzem pouco para o mercado e muitas vezes sem o suficiente para se alimentarem. Também possuem fontes de receitas a partir de artesanato, mas parecem que praticam os métodos mais simples e menos lucrativos e ganham relativamente pouco com este trabalho. Trabalham terras mais pequenas e muitas vezes de inferior qualidade; possuem menos árvores e a força de trabalho do agregado familiar é quantitativamente menor*” (idem). E em relação aos camponeses velhos, considera-os como sendo camponeses médios que vão envelhecendo e com menos capacidades para trabalhar caindo no grupo de pobres (ibidem).

Tomando em consideração que o local proposto para o estudo é rural e concordando com Santos (1980), é composta de pessoas que maioritariamente começam a trabalhar mais cedo. Isso é devido ao grau de pobreza que impera nessas economias por um lado, por outro, por causa das baixas taxas de escolarização que nela vigoram. Por outro lado, as pessoas engajadas nessas economias deixam de trabalhar mais cedo devido à sua menor esperança de vida, e por causa do seu maior desgaste físico durante os anos de vida produtiva. O que acaba de ser dito vem demonstrar quão é difícil trabalhar com categorias como a de População Economicamente Activa, jovem, velho e a própria idade já que as próprias pessoas não sabendo, também a determinação e/ou a estimativa por terceiros não sendo fácil, não são fiáveis. Assim, se considere para o presente estudo:

Jovem - todo aquele que vive na condição de solteiro e gozando de uma certa autonomia. Portanto, vive isolado dos pais, cabendo a ele próprio, tudo que se relacione a sua produção, consumo e distribuição.

Adultos – A esta classe, pertencem os casados sendo-lhes confiados papéis específicos no seio da comunidade, nomeadamente a salvaguarda da ordem social e o controlo sobre a vida privada dos casais. Assume também os trabalhos da vida festiva.

Velhos – concordando com First (1998), é aquele grupo de camponeses que vai envelhecendo e com menos capacidade para trabalhar. Acresce-se, desempenhando outras funções como o de conselheiros e de transmissores da tradição da comunidade aos já iniciados (jovens e adultos) e ao grupo dos futuros iniciados.

Face às abordagens aqui apresentadas que vêm nos indivíduos como sendo influenciados pelos factores socioculturais nas suas actividades ou como procedeu Negrão nos seus estudos, usando o modelo holístico, para o presente estudo, seguir-se-á o modelo teórico preconizado por Mead citado por Goldenberg, a qual refere que a sociedade humana se funda em sentidos compartilhados sob a forma de compreensões e expectativas comuns e que o indivíduo possui um *self* que enfatiza que, da mesma forma que interage socialmente com outros indivíduos, ele interage consigo mesmo (2000: 26).

Enfatizando a natureza simbólica da vida social, postula que são as actividades interactivas dos indivíduos que produzem as significações sociais (idem).

Note-se que os interaccionistas simbólicos, segundo Silva, "*partem da posição de Mead de que a interacção social é um processo que forma a conduta humana em vez de ser apenas uma forma de expressar ou realizar a conduta humana. Isto porque o homem possui um eu (self)*" (1986:625).

Silva, refere ainda que esse legado de Mead permitiu a Blumer estabelecer três premissas básicas do interaccionismo simbólico: a) *que os seres humanos agem tendo por referências coisas com base no significado que as coisas têm para eles*; b) *que o significado destas coisas é derivado e surge da interacção social de actores sociais*; c) *que esses significados são manipulados e modificados através de um processo interpretativo desenvolvido pelas pessoas em interacção. Estas premissas configuram*

uma visão da sociedade como formada por indivíduos ou grupos que se engajam em acções" (idem)

O interaccionismo simbólico, que é portanto a concepção teórica básica a seguir, destaca a importância do indivíduo como intérprete do mundo que o cerca e, conseqüentemente, priorizando os pontos de vista dos indivíduos, procurando compreender as significações que os próprios indivíduos põem em prática para construir seu mundo social (idem).

Partindo-se dos conceitos de coesão e integração desenvolvidos, segundo Aboim e Wall (2002), no âmbito da perspectiva interaccionista, procurar-se-á ver as relações de género no casal, as práticas e as representações económicas da vida familiar ou seja, o trabalho agrícola, os rendimentos e os respectivos gastos e as relações com outros grupos quer familiares quer de outra ordem.

Segundo Aboim e Wall "*a coesão refere-se a natureza do laço social que une internamente os membros da família, laço que pode assentar em relações e normas familiares mais centradas na fusão ou na autonomia*" (2002:479).

E sobre a **integração externa** referem que "*visa medir a abertura ou o fechamento do grupo. No primeiro caso, a família manifesta um alto nível de integração no mundo exterior, enquanto no segundo adopta uma atitude de fechamento*" (Idem).

Na relação com outros grupos também se recorrerá a concepção teórica da acção social concebida segundo Silva e citando Weber, como "*uma acção onde o sentido conscientizado pelo sujeito ou sujeitos está referido à conduta de outros, sendo por esta orientada em seus desdobramentos*" (1985:12). Far-se-á portanto, recurso em duas das suas dimensões, a de conflito e a de cooperação.

O conflito deverá ser visto na concepção de Quivy, ou seja, que não signifique necessariamente ruptura e que não implique forçosamente violência física, económica e

moral. Para este autor, *“a conduta conflitual é, portanto, uma conduta de pressão sobre o outro actor, quaisquer que sejam os meios usados, destinada a modificar uma situação que não se julgue necessária”* (1998:129).

“A cooperação é uma relação de troca caracterizada por uma certa duração, mas também pela desigualdade entre as partes” (Quivy 1998:126). Segundo este autor, os actores trocam entre si recursos e trunfos que cada um possuem e de que os outros precisam para realizarem o seu projecto colectivo ou individual e que sendo esta troca durável, é regida por regras formais e informais constrangedoras.

XI-RESENHA HISTÓRICA

Sobre a produção e comercialização de tabaco em Moçambique, segundo uma monografia elaborada pela Direcção dos Serviços de Agricultura e primeira exposição colonial portuguesa (Porto), refere que a cultura de tabaco, *“só nos últimos anos tem tomado um incremento sensível, se bem que em certa escala já houvesse sido praticada há mais de duas décadas. É sobretudo nos territórios ao norte do Zambeze, constituindo uma parte de Tete, territórios de Manica e Sofala, os de Quelimane e Nampula, e principalmente no penúltimo, que depois da Grande Guerra foi dedicada mais atenção a esta cultura”* (1934:5).

Até àquela altura cultivava-se quase exclusivamente as variedades do tipo Virgínia, por quanto, estava em processo o ensaio a Burley. Semeava-se ainda e em menor percentagem as variedades Gold Leaf, Hickory Prior, Yellow Prior, Warne e White Burley. A área cultivada em 1929-1930 por europeus e assimilados, foi superior a 773 hectares.

O GPZ (Gabinete do Plano do Zambeze) debruça-se sobre as principais culturas praticadas na sua área de intervenção – Macanga e outros locais – das quais constam o tabaco. Refere que a cultura de tabaco escuro aparecia nas regiões fronteiriças das

circunscrições do Zumbo, Maravia e Macanga onde era fácil vender a produção na Rodésia do Norte (actual Zâmbia). Em Macanga a área cultivada era de cerca de 64,318 hectares com uma média de 2,572 hectares por família (1961: 93).

Refere-se ainda das esplêndidas condições para a produção do tabaco e que as dificuldades da sua colocação no exterior, eram o maior obstáculo para o alargamento da área desta cultura.

O Estado, de acordo com a Direcção dos Serviços de Agricultura e Florestas (1959), através da legislação apropriada, como a dos diplomas legislativos n.ºs 743, 976 e 1564, de 1941, 1945 e 1955, respectivamente, amparava a produção e colocação dos tabacos de Moçambique, no sentido de se conseguir, pelo menos em grande parte, o auto-abastecimento no país neste produto industrial.

Deste modo se dispôs quanto ao registo de agricultores, à atribuição de quotas de produção, a observância por parte dos produtores e compradores duma classificação uniforme e oficial, à fixação de preços mínimos de compra, à limitação da importação ao estritamente indispensável para lote ou cobrir a escassez de produção e à regulamentação de exportação, de modo a não vender-se a outrem aquilo de que carece a indústria local.

Havia que preparar caminho à exportação, com fortes probabilidades de êxito, se desenvolvesse uma assistência técnica persistente e bem orientada, uma conveniente preparação final da folha para venda e a associação dos agricultores.

Para Mosca (1989) após os anos 60, alguns sectores da agricultura começam a alterar a composição de seu capital, em consequência da nova política económica portuguesa e a algumas medidas a que o governo português foi internacionalmente pressionado a tomar como por exemplo a abolição do trabalho forçado. Isto teria afectado sobremaneira o comércio para a captação dos excedentes de produção e da moeda. O sector camponês que até então era o maior produtor de alguns produtos de exportação (algodão, caju e copra) regrediu consideravelmente e a sua significativa contribuição em

algumas culturas para a transformação na industria local (girassol, tabaco, gergelim e outras) ficou seriamente afectada.

Para o período pós-independência não achamos dados que relatassem sobre as áreas e as quantidades de tabaco produzidas no país.

Em 1987, com o programa de ajustamento estrutural e a introdução do programa de reabilitação económica no país, cria-se um ambiente favorável para o investimento privado e estrangeiro. É assim que em 1995 surge a Empresa Moçambique Leaf Tobacco, uma empresa zimbabweana que promove o fomento, a produção e comercialização do tabaco junto aos produtores do sector familiar ao norte da província de Tete.

A Empresa Moçambique Leaf Tobacco tendo iniciado com as actividades de fomento da cultura de tabaco em 1995 com cerca de 500 camponeses, número que aumentou gradualmente, tendo como plano para a campanha 2003/2004, 23000Ha de área estimada para uma produção estimada de 23000 toneladas e contando com 50590 produtores. As principais variedades de tabaco produzidas são a BANKET A1 e BRK2 e com investimentos em insumos estimados em 3500000 USD. São variedades que estão sendo incentivadas pois, ao contrário do Escuro que exige queima prejudicando em larga medida o ambiente devido ao corte excessivo de árvores que já é preocupante devido, Segundo Manica, representante do tabaco na Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Tete, ao desmatamento motivado pela abertura de novas áreas e dada a grande procura não só pelos camponeses locais mas como de outros interessados vindos de outros locais, portanto estas variedades, a sua secagem é por estufa sem queima.

Devido aos grandes investimentos e conseqüentemente o devido retorno, surgiu há cerca de dois anos uma nova empresa fomentadora, a Tabacos de Tete, cujo plano para a campanha 2003/2004 era de uma área estimada em 6400 Ha, produção estimada em 4200 Toneladas e com 7600 produtores inscritos produzindo Banket A1, Banket 102 e Virgínia.

XII- CONFLITOS E/OU CRISES SOCIOCULTURAIS E ECONÓMICOS

É sabido que qualquer intervenção em uma determinada estrutura económica, social e cultural traz consigo sempre alguma mudança. É neste sentido que se apresenta a seguir aquilo a que se optou por chamar de conflitos e/ou crises socioculturais e económicos.

Para começar é preciso, para o entendimento das questões, observarmos e concordarmos com Sabatelli e Bartle (1995) quando consideram a família como sendo uma estrutura complexa compreendendo subsistemas múltiplos e que é dirigida para a meta, destacando-se a promoção da saúde e bem-estar da família, socializar os seus membros com respeito a artigos biológicos e sociais tais como a sexualidade e género, bem como estabelecer ou promover uma imagem satisfatória dentro e fora dela. Ela têm fins e tarefas que devem ser cumpridos e idealiza estratégias para a execução dessas mesmas tarefas. Em Santos (1980), a transformação económica no decorrer do desenvolvimento é acompanhada normalmente por mudanças sociais e culturais, as quais costumam ser sintetizadas pelo termo modernização e que, a partir de certo ponto, a produção para o mercado se torna a principal actividade económica, reduzindo-se a parcela destinada ao auto consumo a um mero resíduo ocasional. Corroboramos com este ponto de vista, pois, observa-se essa tendência entre a população de Furancungo, a qual, com os ganhos de que desfrutam com a produção e comercialização de tabaco, tem uma preferência por esta cultura de rendimento em detrimento das outras, criando focos de fome e a necessidade de campanhas de sensibilização para que não se deixe de produzir culturas alimentares. Aliado a essa problemática, está a má gestão dos rendimentos obtidos como veremos adiante.

Todos os sistemas de família devem, segundo Sabatelli e Bartle (1995), procurar gerir uma constelação de identidade de tarefas, regular fronteiras, gerir o clima emocional da família, planear estratégias para a manutenção da casa e gerir mudanças na estrutura da família ao longo do tempo.

Podemos com base nisto, verificar e/ou comparar com autores como Negrão (1997 e 2001), Casal (1996) e Adam (1991), os temas relacionados a laços de confiança mútua, as questões de solidariedade e de identificação familiar e inter comunitário bem como o conhecimento e consciência dos próprios problemas e dos meios de os resolver.

Para estes autores, os objectivos e as características da estrutura da produção familiar implicam que produção seja realizada em condições próprias e adequadas, de modo que os rendimentos sejam economicamente suficientes para satisfazer as necessidades de consumo e de reprodução, atendendo aos menores custos energéticos do agregado.

Para o caso de Furancungo, seguindo a concepção de Casal, diremos que a dispersão existente se deve fundamentalmente a grande procura de novas terras, visto não existirem próximo da sede distrital espaços para novas machambas devido a grande pressão. É esta procura de novas terras para o incremento da produção de tabaco, que se pode falar como sendo um dos factores que favorece na desestruturação da ordem social, económica, política e cultural até então existente.

Para régulo local, *“a obrigatoriedade de o genro residir em casa dos pais da sua mulher está a decair pois o local para abertura de novas machambas está nos últimos anos muito distante, chegando a caminhada durar entre duas a três horas e até mais o que obriga os camponeses a fixarem as suas residências nesses locais. Portanto, os pais não têm outra solução se não permitir que a nova família resida distante deles”*.

Isso vai de acordo com o que Casal diz, *“a escolha do local de habitação, num determinado contexto geográfico, social e político em que estão inseridas estas unidades domésticas, deve obedecer a um impulso de racionalidade económica no sentido de minimização dos custos de produção”* (1996:169).

É na procura de rendimentos economicamente suficientes para satisfazer as necessidades de consumo e reprodução que se pode encontrar a principal razão da adesão à produção e comercialização do tabaco.

Para os camponeses de Furancungo, a possibilidade de ter dinheiro em quantidade é muito grande. Contrariamente a culturas como o milho, outrora principal produto comercializado, com o tabaco não há problemas de mercado dado que a Moçambique Leaf Tobacco, empresa fomentadora, para além de garantir a compra de tabaco, fornece insumos agrícolas em forma de crédito como sementes, adubo, pesticidas e garante assistência técnica através de afectação de técnicos agrónomos, referiram-se.

Henrique, de 34 anos de idade, referiu: *“no ano passado (2003) fiz 37000000,00MT (trinta e sete milhões de meticais) de lucro. Consegui pagar a dívida de mais ou menos 10000000,00MT (dez milhões de meticais) e pagar os oito trabalhadores no valor de 12000000,00MT (doze milhões de meticais), valor que nunca pensei ter um dia. O máximo que já fiz com o milho, acho que são cerca de três milhões de meticais e nada mais”*.

Anaconda, de 45 anos idade, quando entrevistada disse: *“tenho uma área de 4,0ha onde trabalho eu, meus quatro filhos, dois trabalhadores e ainda o meu marido sempre que não estiver no serviço. Consegui o ano passado fazer de lucro 10000000,00MT (dez milhões de meticais). Diminui a área de cultivo de milho a favor de tabaco pois, com o milho mesmo tendo uma produção bastante para a comercialização, não se conseguia quase nada já que, era difícil ter compradores. Com o tabaco, basta ter força e vontade consegues o que queres”*.

Tal como referem Negrão *“é o sistema de posse de terra que estabelece regras de acesso, posse, transmissão e alienação”* (2001:271) e Casal *“ (...) parte dessas terras estão afectadas por direitos de ocupação e usufruto por parte das linhagens locais”* (1996:174), para os camponeses entrevistados, apesar da adesão à produção e comercialização do tabaco não ter influência directa da família, é no entanto a própria

família que tendo terras férteis e em pousio, as cedeu aos parentes mais novos e em condições de trabalhá-las. É assim que, tanto os adultos como os jovens e mulheres, afirmaram que a terra onde trabalham lhes foi atribuída ou pelos avós ou pelos pais ou ainda pelo régulo. Referiram-se ainda de que, dado os rendimentos de que se beneficiam ultrapassarem as suas expectativas, houve e/ou há a necessidade do aumento de áreas de cultivo pelo que estas foi-lhes cedida pelo respectivo régulo, responsável distribuição de terras. E foi ainda um dos parentes que ofereceu ou emprestou dinheiro para a inscrição no programa. Concordamos com Negrão quando refere que *“a família rural africana é uma unidade de produção que considera o acesso à terra indispensável para a obtenção dum resultado agrícola em espécie e, eventualmente, em dinheiro”* (2001:272).

Dos 31 camponeses entrevistados, 2 fazem parte dos primeiros 500 camponeses que iniciaram com o programa na sua fase experimental influenciados pela própria empresa fomentadora e os restantes 29, quando indagados sobre quem os influenciou para aderirem ao programa, estes foram unânimes nas suas respostas, portanto, levados pelos rendimentos conseguidos pelos primeiros aderentes, passando uns a serem alguns dos mais abastados da zona. Face aos rendimentos conseguidos com a produção e comercialização de tabaco, com a excepção dos velhos, todos os camponeses afirmaram que a cultura de tabaco é a principal fonte de receitas, tendo o milho passado para o segundo plano. Portanto, é o tabaco, a principal cultura praticada em Furancungo seguida de milho, feijão, amendoim, batata-doce, batata-reno e hortícolas.

Para Manica, representante do Estado, *“a produção e comercialização de tabaco e conseqüentemente os grandes rendimentos de que os camponeses se beneficiam, os camponeses diminuíram consideravelmente as áreas de produção de milho e outras culturas ao ponto de haver escacês, principalmente do milho, principal fonte de alimentação deles. Esquecem-se portanto de produzir a sua alimentação e terminada a campanha, são focos de fome. Estamos assim, envolvidos em campanha de sensibilização juntamente com a empresa fomentadora, no sentido de se consciencializar os camponeses para não deixarem de produzir o milho”*.

Manica, referiu ainda, que *“esta é a zona da província que nunca teve problemas de reserva alimentar. Era a zona que havendo crises noutras regiões, recorriamos a ela”*.

Está-se perante uma situação de redução das terras do milho e o incremento das terras para o tabaco e que por consequência de crise alimentar. Em que âmbito situar este fenómeno? Não se pode afirmar como diz Negrão citando Serra *“que a racionalidade do comportamento económico é ‘culturalmente’ estipulada pela satisfação de necessidades imediatas”* (2001:273). Pensamos não ser a satisfação imediata que leva a esses camponeses a gastarem as receitas ao ponto de se esquecerem que não produziram o milho ou o produziram em quantidades insuficiente para o auto-consumo e que tendo produzido e comercializado o tabaco, é este mesmo tabaco a principal fonte para aquisição e satisfação em bens necessários à família e ao próprio actor individual. Para Ernesto, adulto e outrora um dos três principais comerciantes da zona, a falta de informação e experiência sobre o funcionamento do mercado são os factores que em parte contribuem para este fenómeno. *“Esta gente, faz muito dinheiro com o tabaco mas a falta de experiência de como aplicá-lo ou investir aliado a falta de um banco de poupança nesta zona, todo o dinheiro é gasto em coisas desnecessárias como bebedeira e mais uma boa fonte de aquisição de mais uma ou mais mulheres. No entanto, estão aparecendo ultimamente camponeses com cabeça investindo em meios circulantes (bicicletas, motas e viaturas), abertura de bancas fixas para negócios e construção ou melhoramento das suas casas com material convencional”*.

Escreveu Negrão *“o consumo dos resultados está orientado para, primeiro, a minimização dos riscos e, segundo, o bem-estar da família”* (2001:274). Observe-se que tanto os entrevistados velhos como as mulheres, referiram-se de que o dinheiro de que desfrutam os seus filhos ou maridos serve basicamente para caprichos individuais destes (filhos ou maridos).

Para Adlaide, idosa, *“o tabaco proporciona grandes vantagens para que tem cabeça pois, as necessidades básicas da casa são satisfeitas sem grandes problemas*

comparativamente à altura de produção e comercialização de milho e feijão. Em contrapartida, com o dinheiro os homens perdem-se completamente. Meu marido comprou motorizada só que esta serve mais para atrair ou adquirir mais mulheres e assim gastar o dinheiro que tiver restado. Estas moças da cidade vêm para aqui só para arrancar os nossos maridos e como são muito espertas os nossos maridos acabam se enganando e/ou até tornam-se nossas rivais. O meu marido o ano antepassado tinha arranjado uma mulher vindo da cidade mas que logo de seguida separaram-se. Pouco tempo depois, uma moça também da cidade conseguiu enganá-lo para nunca mais lhe largar e assim, somos duas e isto provoca problemas pois, como ele é que controla ou gere, gasta-o ao ponto de não termos reservas para aquisição de produtos básicos”.

Marinela, uma das velhas contactadas referiu-se nos seguintes termos: *“com a produção e comercialização do tabaco os nossos filhos tem emprego e tem muito dinheiro só que não sabem como usar. Tenho cinco filhos (1 homem e 4 mulheres) dos quais três (incluindo o homem) produzem e vendem tabaco. Não tenho ajuda de ninguém. Os filhos esqueceram-se da nossa tradição em que nós fomos dados de comer pelos nossos pais e posteriormente tivemos que dar de comer não só aos nossos pais como a eles que era para hoje serem pessoas”.*

Gouveia, outro idoso contactado disse: *“meus filhos são 5 (2 homens e três mulheres) e nenhum deles nos atende preferindo olhar para as suas próprias vidas. Esquecem-se que sou para eles o segundo Deus. Era obrigação deles velarem por mim e por minha esposa mas, nada disso acontece apesar de ter sido eu a lhes oferecer as machambas. Para mim a existência ou não dessa cultura é mesma coisa pois mais do que benefícios, só trás desvantagens. A vivência hoje deixa muito a desejar, a subordinação dos mais novos em relação aos velhos é quase nula. Não respeito pelos mais velhos fazendo cada um o que lhe apetece e desprezando quase tudo que seja ideia dum adulto alegando ser coisa do passado. Penso que os nossos filhos não têm culpa. Esta mistura de pessoas de diferentes vivências e ainda o problema de deslocados/refugiados da última guerra, julgo serem os factores que transformaram as atitudes dos nossos filhos”.*

Concordamos com Fernandes (1999) quando refere que a sensação que se tem, nos nossos dias, é a de que há uma certa desestruturação dos sistemas de representação e a forma de convivência humana e que as pessoas sentem que as suas condições de vida estão em mudança contínua, envolvidas num processo em que lhes é dado actuar, por vezes, menos activa do que passivamente. Concorrem mesmo, não raro, para transformações para as quais nem sempre estão consciente e convenientemente preparadas.

Com a produção e comercialização do tabaco, há, entre os camponeses de Furancungo a adopção de novas tecnologias como o uso de fertilizantes químicos, folhagem, pesticidas, sementes melhoradas, rotação de culturas e produção em linha e compassada levando à mudança e permitindo ao camponeses aumentar os rendimentos e criar um desejo e disponibilidade para investir e melhorar os sistemas de cultivo e os níveis de vida. Há no entanto entre esses mesmos camponeses a tendência à desvalorização dos que não produzem e comercializam tabaco por não terem dinheiro e/ou capacidades para fazer e ter. Há marginalização. Será a atitude desses produtores accidental e provisória?

Para Fernandes (1999), a cultura deve ser concebida como um sistema que se desintegra, desestrutura e se reestrutura e que, de acordo com esta dinâmica há emergência de novos valores e de novas condições de existência. A miscelânea de valores, dos sistemas de representação e dos universos simbólicos, suavizam e relativizam as normas. Podemos afirmar que há o incremento de desvios pois, há o incumprimento das obrigações e a desvalorização das normas ancestrais por parte de alguns dos produtores e vendedores de tabaco.

É na linha de pensamento de Fernandes e outros autores que se pode enquadrar o pensamento dos velhos e mulheres quando afirmam que o rendimento de que desfrutam serve para atender os caprichos fundamentalmente dos homens e sobretudo para conseguirem atrair e/ou desposar mais mulheres. Dizia Verdiana, professora, que, *"chegada à altura da colheita e venda de tabaco aqui assiste-se quase de tudo, a*

bebedeira e a prostituição agudizam-se, o respeito pelos mais velhos e pelas mulheres desaparece, pois, como nunca tinham tido dinheiro assim, então, perdem as cabeças. É neste período que há muita afluência de jovens da cidade, uns a procura de emprego na empresa e outros para negócios de vários artigos como motorizadas, carros, aparelhos e outros que constituem novidades para os locais. É neste período que nós mulheres sofremos mais, pois, se por um lado surgem muitos "divórcios temporários" que terminam com o escassear do dinheiro, por outro lado, há o incremento de poligamia (poliginia para o caso)".

É concepção das mulheres de Furancungo que os cidadãos estão a transformar as mentalidades dos seus maridos ou parentes pois, o que fazem na actualidade não condiz com a realidade local. Dizia Floriana, uma velha cuja idade desconhece que *"se na altura brincavam, o faziam secretamente. Hoje fazem tudo abertamente, querem mostrar que são homens e tem dinheiro e que podem fazer o que lhes apetecer já que, também pensam que não dependem de ninguém e esta maneira de agir só podem ter conseguido ou terem sido aconselhados com esta gente da cidade"*.

Há entre as mulheres de Furancungo um ressentimento em relação aos homens e mulheres não locais com destaque para os da cidade. Referem que os homens de fora só vão àquela região para roubar e/ou conseguir mulheres da cidade para oferecer aos seus maridos e em relação as mulheres, a tensão está pelo facto de as cidadinas serem mais abertas e com o mínimo de formação e com um poder de seduzir os seus companheiros do lar ao ponto de quando ali estão ou vão, o fazem para serem as segundas esposas ou seja, para serem as suas rivais. É assim que, a hospitalidade que se lhes reconhecia em relação aos não locais, é quase que inexistente. Na mesma linha de pensamento estão os homens locais que pensam que os seus homólogos de outras regiões só vão ou estão ali para lhes tirar a grande possibilidade de trabalharem na empresa, mesmo em postos que não exijam uma formação considerável como o de guarda ou armazenista. Esta ideia é corroborada pelo Mbuzi, régulo local, quando afirma que *"um dos grandes problemas que vejo que deveria ser revisto pela Administração do distrito em coordenação com a empresa fomentadora, é a prioridade que se dá aos não locais na admissão ao emprego*

em detrimento dos locais o que está provocando comentários não abonatórios e mal-estar na população macanguense”.

Para Ernesto, camponês e comerciante de Furancungo e antigo funcionário da saúde, a perda da moral e da hospitalidade da população daquela zona, deve-se fundamentalmente a mistura de culturas. *“A imigração é tão alta, aparecendo por aqui pessoas de conduta muito duvidosa, aliás, já não raras vezes se ouve falar de ladrões, de burlas e de tantos outros males que era considerados da cidade, pois, a tradição era seguida com rigor sob pena de sofrer represálias. Os velhos das localidades vizinhas não deixam que os filhos, principalmente as meninas, se desloquem com frequência para aqui, pois consideram isto de cidade e para tal, não tem nada de bom e pode contaminá-los”.*

XIII- OUTRAS CONSTATAÇÕES

As perspectivas sobre a divisão de trabalho entre a família rural africana é quase a mesma entre diferentes autores, aliás, é *“o mito da comunidade homogénea”* que, segundo Negrão, *“nos últimos anos voltou a estar na moda fazer-se referência às comunidades rurais e seus direitos consuetudinários como unidades coesas, estáveis e estáticas de per se”* (1997:125).

É assim comum ouvirmos, e tal como refere Casal (1996), que cada membro do agregado familiar desempenha funções familiares, sociais e económicas de acordo com o seu estatuto e suas capacidades produtivas, o que permite assegurar a subsistência dentro de uma ordem socialmente respeitada. Não se pretende aqui contradizer estas posições, mas, mostrar que há uma necessidade de se estudar as várias comunidades existentes, evitando se possível as generalizações.

Sobre a divisão de trabalho, todos os indagados referiram-se da não existência duma rigidez na divisão de trabalho entre os membros da família. É assim que todo o

membro em condições de trabalhar na machamba o faz conjuntamente quer seja no cultivo de tabaco quer seja no cultivo do milho, amendoim, feijões ou outra cultura. Observe-se ainda que todos os entrevistados produtores de tabaco afirmaram que apesar de todos os membros da família trabalharem conjuntamente em qualquer uma das culturas, em relação a produção de tabaco e de acordo com a dimensão da área de cultivo, cada família tem em média quatro trabalhadores malawianos que se dedicam exclusivamente às tarefas ligadas a produção do tabaco.

Segundo as autoridades administrativas do distrito de Macanga, apesar de não existirem estudos ou estatísticas sobre o fenómeno migratório no distrito, consideram que na actualidade se deve falar fundamentalmente da imigração do que emigração pois, a introdução da cultura de tabaco e a implantação da empresa fomentadora no distrito, constituiu para a população activa local e não só um grande impulso ou uma grande possibilidade de ter um trabalho ou emprego. Se antes da introdução da cultura de tabaco em 1995 a procura de fontes de rendimento em dinheiro fora do distrito era quase que imperioso, hoje, o distrito está repleto de pessoas vindas não só de distritos e da cidade de Tete, mas também, de outras províncias como Manica e Maputo para além de alguns estrangeiros com destaque para o Zimbabwe e Malawi.

Podemos verificar entre os entrevistados àqueles que, estando a trabalhar ou a estudar, preferiram abandonar e dedicarem-se à prática da agricultura de rendimento, neste caso, o tabaco. Encontram-se neste conjunto os três jovens solteiros até então alunos e duas senhoras, uma trabalhando em tempos no tribunal distrital e a outra na Administração Distrital que referiram ter abandonado aqueles empregos em virtude do que ganhavam ao ano ser de longe muito ínfimo comparado ao que ganham com a produção e comercialização de tabaco. *“Eu ganhava vinte contos por julgamento, esta por ser zona rural, as pessoas recorrem as autoridades tradicionais, pelo que por mês os julgamentos raras vezes ultrapassava os três e então preferi renunciar para dedicar-me a produção e comercialização de tabaco que dá mais dinheiro. O ano transacto consegui quatro milhões em apenas 1,5Ha e nesta campanha aumentei a área para três hectares. Na machamba trabalho eu e os meus dois filhos de 14 e 16 anos respectivamente para*

além do meu marido sempre que tiver uma folga no serviço para além de dois trabalhadores trazidos do Malawi”, disse Angelina.

No concernente aos rendimentos conseguidos, dos camponeses entrevistados apenas dois apresentaram o rendimento líquido abaixo dos dez milhões, ou seja, cerca de três e quatro milhões respectivamente. Todos os restantes ultrapassam os dez milhões, havendo quem teria conseguido 38000000,00Mt (trinta e oito milhões de meticais). Sobre quem controla ou faz a distribuição dos rendimentos, com excepção das duas senhoras, outrora desempenhando funções administrativas que afirmaram ter o controlo sobre as receitas e que tudo quanto é gasto ou investimento é do consenso do casal. Para as outras entrevistadas, tudo o que constitui receita de produção, o seu gasto é da responsabilidade dos homens e que as consultas sobre os gastos ou prováveis investimentos são muito raras. Catarina, casada e mãe de quatro filhos e cuja idade desconhece, referiu-se nos seguintes termos “ *não sei quanto dinheiro arrecadamos, só sei que serviu para aumentar a área de produção e ir-se ao Malawi para se conseguir dois trabalhadores já que entre os naturais ninguém quer trabalhar para o outro para além de que os malawianos tem muito mais experiência no cultivo de tabaco que nós aqui. A nossa vivência desde os nossos antepassados foi sempre assim, é o marido o responsável e quem decide sobre o que fazer com o dinheiro*”. E Berta, de 26 anos de idade, casada e mãe de dois filhos, sobre os rendimentos disse, “*para muita gente dessa zona pensa que eu é que faço a gerência tanto do dinheiro do tabaco como da banca fixa, já que eu é que guardo, só que na prática não vejo como o dinheiro acaba, pois, o meu marido mente muito e aproveita-se da minha falta de noção de quanto dinheiro temos e o que se pode fazer com ele. Penso que esse dinheiro acaba no sustento dos cinco filhos que tem lá fora e todos nascidos depois de se estar no programa e se ter dinheiro*”. Esta entrevistada não sabe dizer qual é o rendimento que obteve tanto na campanha 2001/2002 como 2002/2003 e que segundo Vasco, seu marido, obtiveram 40 milhões na 2001/2002 e 38 milhões na campanha passada ou seja 2002/2003.

Sobre os rendimentos e a sua aplicação, para todos os homens entrevistados, a abertura de novas machambas e conseqüentemente a ida ao Malawi para contratar

trabalhadores e a construção de uma nova casa ou a reabilitação da anterior com material convencional e o respectivo apetrechamento constituem a sua prioridade. Cumpridas estas metas, a compra dum meio de transporte e abertura duma pequena banca fixa para negócios se afiguram como outras prioridades e tudo para garantir uma vida minimamente estável para a família.

Para os três jovens solteiros vivendo autonomamente, a prioridade com os rendimentos é aumentar a área de produção que lhes possibilite ter maiores lucros para seguidamente construir-se uma casa com material convencional, recheá-la e criadas essas condições, casarem-se. Perguntados sobre quem se encarregaria em proporcionar a cada um a futura esposa, todos referiram que ninguém e que cada um era responsável em conseguir uma a seu gosto, cabendo a família apenas a formalização do matrimónio. Referiram que o amor dirigido, apesar de nalgumas famílias persistir, muitas já não o praticam por culpa dos próprios jovens que acabam não concordando com a escolha do(a) futuro(a) companheiro(a). Assim, Domingos de 21 anos de idade e um dos três jovens solteiros, referiu-se nos seguintes termos *“tenho dois hectares de terra onde produzo tabaco, tendo conseguido o ano transacto cerca de quatro milhões de lucro, com os quais preciso de aumentar a área e ver também se contrato dois trabalhadores e o resto quero começar a construir uma casa de blocos e chapas. Estou a preparar o meu futuro e penso que se tudo correr como pensei, no fim deste ano ou mesmo para o ano consigo fazer isso e depois caso-me. A mulher eu é que vou escolher, não vou esperar que os meus parentes mais velhos o façam pois, isso é coisa dos nossos avós e agora não se aceita”*.

Em relação as oferendas, todos os camponeses produtores de tabaco, quando entrevistados, afirmaram que com excepção dos pais e irmãos, todos os outros parentes ou instâncias se não pedirem, não se lhes oferece nada. O régulo local, sintetizou esta questão da seguinte maneira *“antigamente os chefes tradicionais, os anciãos e os incapacitados eram oferecidos coisas que serviam até para a subsistência, hoje as pessoas reparam simplesmente para as suas vidas, não há aquela coisa de partilhar com os outros. Eu como nhacuawa não ganho nada nem do Estado nem da população. É*

só sofrer para o bem do povo. No tempo colonial os régulos faziam cobranças de impostos e exigiam recompensas ou ofertas compulsivamente, agora não é permitido. É verdade que aparece um e outro que reconhece dando alguma coisa por livre vontade, mas, é raro. Entende-se, é que a vida estão tão cara e tudo hoje é dinheiro e para consegui-lo tem que se suar”.

Na perspectiva do régulo e dos velhos de Furancungo, os valores tradicionais estão a desaparecer com muita rapidez por culpa, por um lado, dos próprios beneficiários desse valores que não os querem acatar pensando serem ensinamentos ultrapassados. Por outro, a existência de pessoas de diferentes origens naquela zona a procura de emprego e/ou terra para a prática agrícola, constitui uma das principais causas da perda de valores pois, segundo eles, *"a comunidade jovem local está-se a deixar influenciar por crenças e valores alheios, pelo que não se pode esperar outra coisa, se não esta mudança de atitudes e de comportamento indigno perante os mais velhos"*. Aproveitando a ideia de Radcliffe-Brown e Forde (1950), podemos observar que nesta comunidade, parte da população jovem e adulta, não se conforma com as regras e encetam formas de desvios o que provoca expressões de condenação ou desaprovação da conduta que não vá de encontro a observância dos costumes sociais.

Concordamos com Radcliffe-Brown e Forde quando referem que, *"um sistema de parentesco apresenta-se-nos assim como um complexo de normas, de usos e modos de comportamento entre os parentes. Os desvios na observância das normas têm a sua importância. Na verdade, eles fornecem a medida aproximada das condições relativas de equilíbrio ou desequilíbrio do sistema. Uma divergência marcada entre o comportamento ideal ou presumido e a conduta concreta de muitas pessoas é uma indicação do desequilíbrio"* (1950:22). Face a isso, podemos afirmar que a produção e comercialização de tabaco em Macanga cria instabilidade ao provocar desequilíbrios no sistema, pelo incumprimento das obrigações.

Sobre a articulação ou papel desempenhado pelos diferentes actores ou instituições, há que destacar o papel do Estado que, segundo Manica, representante da

área de tabaco na Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Tete, *"cabe ao Estado o papel dinamizador, fiscalizador e facilitador. Cabe portanto ao Estado, traçar e divulgar políticas e no caso vertente, o grande papel deste é proteger a população camponesa sempre que se detecta alguma anomalia ou quando se sinta injustiçada e é assim que foram criados comités de arbitragem de nível provincial, distrital e a nível de mercado compostos pelas partes ou seja, o Estado, a empresa fomentadora, autoridades locais e o respectivo ofendido que não raras vezes, é a própria empresa fomentadora, devido basicamente a não devolução do valor do empréstimo (adubos, pesticidas ou outros insumos), para além de burlas relacionadas como fundamentalmente à classificação de tabaco que não só prejudicam a empresa também aos próprios camponeses"*.

Manica, referiu-se ainda, tal como os camponeses entrevistados, da não existência nesta zona de conflitos de terra dada a sua abundância e a inexistência de áreas sob controlo de um determinado individuo com excepção das áreas em redor ou próximas das aldeias.

Quando entrevistados, os três "ricos", segundo a população local por os considerar dos mais abastados da zona até à altura da introdução da cultura de tabaco, referiram-se do aumento de bancas fixas e lojas o que provoca uma concorrência acentuada e como consequência, prejudica os seus negócios. *"Toda gente quando tem dinheiro, não pensa noutra coisa se não em abrir uma banca fixa para vender alguma coisa e sem dívidas, isso retira-nos os clientes e pode nos levar a falência como aconteceu com outros comerciantes"*, referiu Ernesto

Referiram-se ainda de não ter o mesmo peso pois, como disse Chagomera, comerciante/camponês de 45 anos de idade *"com a produção e comercialização do tabaco, apareceram na praça individuos com talento para o negócio e com força e vontade de trabalhar que financeiramente superaram largamente a muitos de nós. Pena existir entre os actuais jovens comerciantes e/ou agricultores uma desonestidade ou crueldade e que se metem até em práticas mágicas para a obtenção de melhores*

rendimentos quer em negócios quer na produção agrícola. Sei que foi um desses que fez com que eu não andasse durante muito tempo em virtude de ter feito com que o tractor da empresa fomentadora repleto de gente, virasse para que eu morresse. Veja que entre tanta gente que se encontrava no tractor, eu fui único ferido. Se eu não estivesse preparado, não estarias aqui a conversar comigo”.

Todos os comerciantes referiram-se do Nhalungo de 32 anos de idade e considerado pela população local e não só como sendo o maior comerciante e agricultor da actualidade em Furancungo, referiram-se de que começando com uma pequena banca depois de repatriado do Malawi, progrediu ao ponto de superar a todos, é hoje, um grande empreendedor para os locais. Falam do Nhalungo, dos seus feitos, das suas amizades dentro e fora do país. “*O Nhalungo conseguiu uma amizade com as autoridades administrativas, principalmente com as autoridades policiais do distrito e até da cidade de Tete e ainda malawianas que lhe dão protecção e circulando para questões de negócios sem impedimentos. Como um individuo não pode prosperar com estas facilidades e coberturas?*” indagou um dos comerciantes. “*O Nhalungo tem grandes vantagens em relação a muitos dos outros comerciantes pois, para além das machambas, tem cerca de nove moagens espalhadas pelo distrito para além de três carros que lhe possibilitam deslocar-se e comprar produtos para depois revende-los quase que ao preço da cidade. Nós outros temos que pagar o transporte e outras despesas o que torna os produtos muito mais caros quando comparados com os dele e vamos perdendo assim os clientes*”, disse um outro comerciante.

Nhalungo quando abordado, mostrou-se um pouco reservado. Quando pedido para falar do seu relacionamento com outros comerciantes locais referiu “*eu tenho os meus princípios e o trabalho árduo está em primeiro lugar. Sei que os meus colegas falam muito mal de mim, só que não lhes ligo. Existe até cenas de feitiçaria, mas, é preciso estar preparado e acreditar na palavra de Deus. Eu penso que o que essa gente tem a fazer é em primeiro lugar, saber que o tempo é outro e que todo àquele que tiver vontade e se dedicar ao trabalho, vai prosperar. Tem que se tirar da cabeça a ideia de que são os únicos e donos de tudo*”.

É possível observarmos a partir do acima exposto, os prováveis novos conflitos e que se devem a produção e comercialização de tabaco. Podemos também, observar entre a população dessa zona um certo alívio pois, exceptuando os velhos, todos os outros entrevistados, afirmaram que o medo de progredir na vida faz parte do passado, pois, os velhos não tem apenas um alvo mas tantos. É como diz régulo *“a questão de ódio, feitiçaria e outros males, apesar de continuarem, diminuíram grandemente. É que agora, dedicando-se ao trabalho, todos tem possibilidades de se vestirem bem, adquirir qualquer tipo de meio, adquirir gado e ter uma casa em condições o que antes não acontecia. Como eram poucos os que sobressaiam, então, todos os olhos estavam virados para estes, pondo-os malucos e até matando-os”*.

XIV- CONCLUSÕES PRELIMINARES

Queremos em primeira-mão chamar atenção que este é um projecto e que portanto, as conclusões preliminares aqui descritas, não são mais do que hipotéticas linhas de investigação por confirmar.

Neste capítulo, importa reter alguns aspectos que nos parecem centrais. Referimo-nos fundamentalmente, à diversidade de interacção familiar e as tendências de mudanças no interior e com relação ao exterior.

Há tendência dos produtores e comercializadores de tabaco de marginalizarem não só os que não produzem e comercializam tabaco por não terem dinheiro, mas também, em relação as normas culturais pelas quais se regem ou deveriam se reger. É pensamento dos produtores, segundo o régulo, velhos e mulheres, que o dinheiro de que dispõem é capaz de resolver os problemas que se lhes colocam pagando os danos causados e/ou contribuindo ou não quando solicitados. O grupo de produtores e amigos imigrantes constituem a referência e o ponto fulcral para, segundo os mesmos (régulo,

velhos e mulheres), interiorizar e pôr em prática normas e valores que permitem sair do enquadramento familiar e comunitário.

A análise efectuada permitiu obter uma visão global mas, não definitiva do que se passa dentro da família e como não devia deixar de ser, do contexto ou comunidade em que este membro ou esta família está inserida. Podemos observar a tendência para a transformação da matrilocalidade em neolocalidade.

A produção e comercialização de tabaco entre as comunidades rurais em referência, já abalada pela guerra, incrementaram grandemente o fenómeno de nuclearização familiar. Tal como no modelo sócio-espacial das aldeias em Casal (1996) originaram também a subdivisão dos agregados familiares alargados e o aparecimento de unidades residenciais isoladas do ponto de vista familiar e social e economicamente incapazes de produzir integralmente as suas subsistências; é o caso de unidades formadas por velhos, doentes e incapacitados e nalguns casos dos próprios produtores devido a aquilo a que se pode chamar inconsistência produtiva e comercial dos indivíduos. Apesar dos níveis de rendimento serem superiores em relação ao período que antecede ao fomento e prática dessa cultura de rendimento, os camponeses gastam os tudo ao ponto de haver carência alimentar no seio familiar sabido que a produção de milho decaiu consideravelmente a favor do tabaco.

Constatou-se ainda a nulidade ou diminuição de solidariedades não parentais, em grande escala, e parentais, em menor escala. Dizia o régulo que *“a vida hoje é muito cara. Tudo exige dinheiro. Isso faz com que as pessoas evitem pedir aos não parentes, pois, sabem de princípio que não vão ter sucesso. Hoje não se oferece nada. Por vezes para a própria família temos que intervir e aconselhar os jovens a não se esquecerem que se existem, é, graças a esses velhos e que não esqueçam que poderão passar por esses problemas no futuro. A existência de pessoas de diferentes culturas e a vivência em centros de refugiados, de deslocados ou na cidade devido a guerra contribuiu para a mudança de mentalidade das pessoas desta zona”*.

Apesar de a mulher participar, controlar e administrar quer a produção de subsistência quer a produção para o mercado, é ao homem que cabe, em última análise, decidir sobre o que fazer com os rendimentos.

Constatou-se que na produção de tabaco, contrariamente ao que se pensávamos, não se verifica a exclusão da mulher na quase totalidade do processo. Todos os membros da família e todos os assalariados participam conjuntamente da produção de tabaco. Observe-se no entanto que os assalariados se dedicam exclusivamente à produção de tabaco e a família tanto na produção de tabaco como na de outras culturas de subsistência.

Aparenta haver um reforço no controle dos homens sobre as mulheres e uma limitação da autoridade parental. O poder dos mais velhos sobre os mais novos diminuiu consideravelmente.

A tensão e/ou conflito entre jovens 'ricos' e antigos é uma realidade nesta comunidade a avaliar pelo que foi dito por estes quando solicitados para se referirem das relações entre eles.

É assim que, voltando para as interrogações e as hipóteses levantadas no projecto, pode-se referir que,

Quanto a questão de partida, os três jovens entrevistados afirmaram que produzem e comercializam tabaco para obter receitas em dinheiro que é para construir uma casa convencional, recheá-la e posteriormente casar. Afirmaram ainda, preferirem fazer tudo sozinhos e a seu gosto, com excepção da formalização do matrimónio sabido que sempre se exige a presença de parentes mais velhos. Portanto, aparenta que os jovens tendem a se distanciar da dependência dos mais velhos fazendo algo à sua revelia. Pode-se dizer que é a entrada em desuso dalgumas normas e a negação do seu poder coercitivo pois, como dizia o régulo, os pais até tem medo de pressionar os jovens a cumprir com as exigências matrimoniais locais após a transgressão, com o medo de perder o genro e/ou a filha viver

na condição de solteira. É para se dizer que há indivíduos não conformistas, não querendo com isso, dizer como refere Segalen (1996), que há ruptura entre pais e filhos. E citando Margaret Mead, afirma *“eis-nos colocados na situação ‘prefigurativa’ na qual os adultos aprendem com os filhos”*. Refere ainda que, *“nas culturas ‘pós-figurativas’, o passado dos adultos é futuro de cada geração”* (1996:204). Fazendo uso destes termos, pode-se referir que, entre a comunidade em estudo, ambas situações se aplicam pois, se a atitudes dos jovens manifestam uma grande inovação em tudo o que toca às liberdades pessoais, no que concerne as relações entre os mais novos e os mais velhos, estão longe de estarem em ruptura, ainda que tenham necessidade de constantes reajustamentos.

Digamos que a tónica explicativa para o fenómeno em estudo, está sobretudo nos factores individuais e em menor escala na totalidade social e mais especificamente contextual. Como afirmamos na página 6, **há aqui um balanço racional, feito por indivíduos isolados, avaliando factores económicos e planos de vida individuais, motivados pela modernização e pelos valores a ele vinculados.**

Confrontando as hipóteses formuladas e os resultados das entrevistas, podemos dizer que em relação à primeira e principal hipótese segundo a qual **a produção e comercialização do tabaco na região e a posse de consideráveis rendimentos monetários, representa para os jovens uma estratégia de se libertarem da grande dependência em relação aos mais velhos bem como constitui para eles uma oportunidade de elevar o seu prestígio e autonomia**, podemos considerá-la como verdadeira. Os jovens com os rendimentos de que desfrutam tendem a afastarem-se das obrigações e normas sociais próprias do seu contexto e procuram os valores vinculados à modernidade e contestados pelos mais velhos.

Em relação à segunda hipótese que considera que **a produção e comercialização de tabaco e a conseqüente posse de mais dinheiro por parte de jovens, provoca a fragmentação da família alargada e retira a hegemonia não só dos mais velhos como também, de indivíduos influentes como os chefes linhageiros e anciãos, comerciantes e detentores de poderes mágicos, processo que desembocam**

em **cônstrangimentos ou tensões e conflitos**, também a podemos considerar de verdadeira pois, a existência de acusações de concorrência desleal e de práticas mágicas é grande principalmente dos antigos em relação aos jovens. Foi comum ouvir-se entre os antigos 'ricos' de que para os seus novos companheiros sobressaírem tanto nos negócios como na produção, recorrem a magia e a feitiçaria. E os novos afirmaram ter conhecimento de tanto maldizer dos antigos em relação ao sucesso de que gozam e que a probabilidade de lhes fazer mal é maior, pelo que, estão protegidos e preparados para tudo o que vier.

A produção de tabaco em Furancungo, provocou uma transformação económica e consequentemente mudanças sociais, culturais e económicas. Podemos dizer que os aspectos normativos, institucionais e valorativos ficaram afectados e a agricultura familiar se integrou na economia de mercado. A população rural tende a se integrar nos padrões sociais, e culturais da chamada sociedade moderna. Afectadas estão, consequentemente, as sociabilidades dadas o grau de desconfiança da população local pela imigrante. Se por um lado surgiram novos conflitos, por outro, há os extintos e/ou persistentes. As solidariedades e formas de cooperação são no geral instáveis.

Podemos afirmar não de forma rigorosa ou definitiva que a produção e comercialização de tabaco entre as comunidades rurais do norte da Província de Tete, criou uma instabilidade ou um desequilíbrio no seu interior. A instabilidade e o desequilíbrio dos significados e das finalidades dos símbolos e valores, normas e padrões, as instituições e toda a organização social requerem portanto, o reajustamento para a manutenção de toda uma sociedade.

XV- REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABOIM, Sofia e WALL, Karin (2002). Tipos de família em Portugal: interacções, valores, contextos. *Análise social*. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. pp. 475-504

ADAM, Yussuf (1991). Guerra, fome, seca e desenvolvimento: lições de Changara, Moçambique. UEM. Arquivo nº 10. pp. 185-207

ANDRADE, Ximena et. Al. (1998). Famílias em contexto de mudança em Moçambique. Maputo. Imprensa Universitária.

BOURDIEU, Pierre.(1996) [1994]. Espaço social e espaço simbólico: razões práticas sobre a teoria da acção. Lisboa. Celta.

CAPRA, Fritjof (1997) [1982]. O Impasse da Economia. O ponto de Mutação: A ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo. Editora Cultrix. pp. 180-225

CASAL, Adolfo Yanez (1996). Antropologia e Desenvolvimento. As aldeias comunais de Moçambique. Lisboa. Instituto de Investigação Científica Tropical.

CASTELO-BRANCO, Carlos Nuno (1994). Moçambique: Perspectivas Económicas. Maputo. UEM

FELICIANO, José Fialho (1998). Antropologia económica dos Thonga do sul de Moçambique. Maputo. Arquivo Histórico de Moçambique.

FIRST, Ruth (1998). Um estudo sobre a exportação de mão-de-obra em Inhambane. Maputo. CEA. UEM.

FERNANDES, António Teixeira (1999). Para uma sociologia da cultura- .
Campo das letras. Porto. Editores, SA.

GPZ (Gabinete do Plano do Zambeze). (1961). Bacia do Zambeze: Elementos
Económicos e Sociais. Tete. GPZ.

GODELIER, Maurice-1971. Antropologia: Ciência das Sociedades Primitivas?
Lisboa. Edições 70. (1988).

----- - 1973. Antropologia Económica: Horizontes da
Antropologia. Lisboa. Edições 70. (s/d). pp. 37-94

GOLDENBERG, Mirian (2000). A arte de pesquisar. São Paulo/ Rio de Janeiro.
Editora Record.

ISAACMAN, Allen; ROBERTS, Richard (1995). Cotton, Colonialism, and Social
History in Sub-Saharan África In: Isaacman, Allen & Roberts, Richard, (eds.) 1995,
Cotton, Colonialism, and Social History in Sub-Saharan Africa, Portsmouth, London,
Heinmann James Currey, pp. 147 - 179

LINTON, Ralph. O indivíduo, a cultura e a sociedade: Homem e Sociedade. (sem
outros dados).

LIPSET, Seymour Martin (1985). Consenso e Conflitos. Trajectos. Lisboa.
Gradiva.

LOFOTE, Ana; ARTHUR, Maria José. (1995). Famílias em contexto de
mudança. Maputo. Faculdade de Letras. CEA.

MATSINHE, Cristiano (1999). Abordagens Desenvolvimentista (ensaio apresentado à banca examinadora como parte dos requisitos complementares para a qualificação do projecto de doutoramento). Rio de Janeiro.

MAUSS, Marcel (1950). Ensaio sobre a dádiva. Lisboa. Ed. 70.

MEDEIROS, Eduardo (1985). Evolução de Algumas Instituições Sócio Familiares. In: Cadernos de História. UEM. Maputo

MEILLASSOUX, Claude (1982). Interpretação Global do Fenómeno Económico nas Sociedades Tradicionais. In: Varela et al, Antropologia, Paisagens, Sábios e Selvagens. Porto Editora.

MIRA, Feliciano de (1996). Educação, Empresas e Desenvolvimento em Moçambique. Évora. Edições Presença.

MOÇAMBIQUE (1959). Direcção dos Serviços de Agricultura e florestas. Produção e comércio de tabacos secos ao ar: Actividade experimental, medidas de fomento e assistência. Maputo. Ministério da Agricultura.

MOÇAMBIQUE (1934) Direcção dos Serviços de Agricultura. Tabaco: Monografia elaborada pela Direcção dos Serviços de Agricultura. Maputo. Ministério da Agricultura.

MOSCA, João (1989). A Estrutura Agrária de Moçambique no Período pré-independência. Direcção de Economia Agrária. Maputo. Ministério da Agricultura.

NEGRÃO, José (2001). Cem anos de economia da família rural Africana. O delta do Zambeze em análise retrospectiva. Maputo. Promédia.

----- (1997). Repensando as modas do desenvolvimento rural. In: Sogge, D. (Ed). Perspectivas sobre a ajuda e o sector civil. Gem. Netherlands. pp. 119-133

O'NEILL, Brian. (1988). Entre a Sociologia rural e a Antropologia: repensando a comunidade camponesa. In *Análise Social*, vol. XXIV, 4º – 5º, pp. 1331-1355

QUIVY, Raymond (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa. Gradiva.

RADCLIFFE-BROWN, A.R. e FORDE, Daryll (1950). *Sistemas políticos africanos de parentesco e casamento*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

SABATELLI, Ronald e Bartle, SUZANNE (1995). *Journal of marriage and the family: survey approaches to assessment of family functioning*. pp. 102-107. (sem outros dados).

SAHLINS, Marshsall (1979). *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro. Zahar editores.

----- (1988). *Economia tribal: Sociedades tribais*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. pp. 117-148

SANTOS, Jair L. F. et all (1980). "Dinâmica da População: teoria, métodos e técnicas de análise". São Paulo. Ed. Tão.

SAUL, John, WOODS, R., [1979] (1971). *African peasantries: Shanin, Teodor, (ed.) Peasants and Peasants Sicieties*, London, Penguin Books, pp. 103-114.

SEGALEN, Martine (1996). *Sociologia da Família*. Lisboa. Terramar.

SHANIN, Teodor (1987). Peasants and Peasant Societies. London. Basil Blackwell.

SILVA, Benedicto et all (1986). Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro. Fundação Getulio Vargas.

SPRINTHALL, Norman A. E SPRINTHALL, Richard (1993). Psicologia Educacional. Uma Abordagem Desenvolvista. Lisboa. Ed. Mc Graw-Hill.

STERZI, Rosalba (1989). Curso de sociologia rural. Comissão Nacional de Plano. Maputo. I.N.P.F.

WUYTS, Marc (1980). Economia Política do Colonialismo Português em Moçambique. Maputo. CEA.

----- (1978). Camponeses e Economia Rural em Moçambique. Maputo CEA-UEM.

XVI-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BETTELHEIM, Charles (1969). A Problemática do Desenvolvimento. In: Luiz Pereira (org.). Subdesenvolvimento e Desenvolvimento. Zahar Editores, Rio de Janeiro.

GUIMARÃES, Nadya Araújo & MARTIN, Scott (org.). Competitividade e Desenvolvimento: Actores e Instituições Locais. São Paulo. Editora SENAC.

ISAACMAN, Allen (1987). Régulos, diferenciação social e protesto rural: o regime do cultivo forçado do algodão em Moçambique, 1938 – 1961, in Revista Internacional de Estudos Africanos, Lisboa, nº 6-7

UEM-CEA. (1980). A transformação da agricultura familiar na província de Nampula. Projecto de estudo sobre a produção de algodão na província de Nampula. Maputo. rg.). Antropologia das Sociedades contemporâneas. São Paulo, Global editora.

VINCENT, Joan, 1987 (1977). A sociedade agrária como fluxo organizado: processo de desenvolvimento passado e presentes. In: Feldman-Bianco, B., (org.). Antropologia das Sociedades Contemporâneas. São Paulo, Global editora.

WIAARDA, Howard J. [1981]. Por uma teoria não-etnocêntrica do desenvolvimento: as concepções alternativas do terceiro mundo. Rio de Janeiro. DADOS- Revista de Ciências Sociais, vol. 25, nº 2.

ANEXO

LISTA DOS ENTREVISTADOS/ ACTIVIDADES

- Agnesse Daniel (agricultura)
- Albertina Paulo Juliasse (agricultura)
- Alfredo Tembo (régulo/agricultura)
- Aliesse Alberto (agricultura)
- Atéria José (agricultura)
- César Manuel (mecânica/agricultura)
- Jemusse Wizeman Noa (agricultura)
- Elisa Djemusse (agricultura)
- Ester Samo (agricultura/idosa)
- Everico Disse (agricultura)
- Isabel Sialho Fombe (alfabetização/agricultura)
- João Alsone (agricultura)
- João Paulo (funcionário público/agricultura)
- Jone Francisco Raposo (comércio/agricultura)
- José Culinge (enfermagem/agricultura)
- Juliasse (agricultura-idoso)
- Juliasse Paulo Juliasse (guarda/agricultura)
- Lucas Phunzitsane (agricultura)
- Lúcia Culinge (agricultura)
- Maria do Céu (agricultura)
- Maria José Andrade (agricultura -idosa)
- Moisés Jemusse (agricultura)
- Nepiala Chagomera (comércio/agricultura)
- Paulino Damiano (comerciante/agricultura)
- Pessulane David (agricultura)
- Richard Rangiton (agricultura)
- Sofrete Michone (agricultura)

Stonade L. Banda (guarda/agricultura)

Tissienge Miguel (agricultura /idosa)

Vasco Ketinala (comércio/agricultura)

Verdiana Luís (professorado/agricultura)

Tito oliveira José Mapilele- administrativo e contabilista da Moçambique Leaff tobacco.

Manica da Costa- representante para a área de tabaco na Direcção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Tete.